



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

REDE DA MEMÓRIA VIRTUAL BRASILEIRA:
reflexão sobre os *Lugares de Memória* no ambiente virtual

Brasília

2014

Sara Alencar Magalhães

**REDE DA MEMÓRIA VIRTUAL BRASILEIRA:
reflexão sobre os *Lugares de Memória* no ambiente virtual**

Monografia apresentada como requisito básico para obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia de Abreu Gomes

Brasília

2014

M188r Magalhães, Sara Alencar.

Rede da Memória Virtual Brasileira: reflexão sobre os *Lugares de Memória* no ambiente virtual / Sara Alencar Magalhães. – Brasília, 2014.

105 f.; il.

Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2014.

Orientação: Ana Lúcia de Abreu Gomes.

1. Lugar de Memória 2. Memória 3. Rede da Memória Virtual Brasileira 4. Repositório Digital 5. Digitalização I. Gomes, Ana Lúcia de Abreu II. Título.

CDU 02



Título: Rede da Memória Virtual Brasileira: reflexão sobre os lugares de memória no ambiente virtual.

Aluna: Sara Alencar Magalhães

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 01 de julho de 2014.

Ana Lúcia de Abreu Gomes - Orientadora
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em História Cultural

Dulce Baptista – Membro
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação

Eliane Braga de Oliveira – Membro
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação

Fernanda Passini Moreno – Membro
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação

Dedico este trabalho aos meus pais, Marco e Ângela, por terem me ensinado o que é o amor e por serem exemplos de pessoas de bem. Dedico também a minha madrinha, Ana, por ter sido minha companheira nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela chance de viver uma vida maravilhosa, pela força e coragem que me dá, por me iluminar e por me proteger;

A toda minha família: meu pai Marco Antonio por me alertar que a vida é uma maratona, pelas dancinhas, por me ensinar quem são os Beatles e tudo mais; minha mãe Ângela Maria por me ensinar o riso fácil, por me segurar quando precisei e pela pele lisinha que sinto ao abraçá-la; meu irmão Daniel por ser o melhor colega de quarto, pela sagacidade e por todas as risadas e minha irmã Débora por ser minha amiguinha, pelas invenções e por ser minha melhor companheira. Em resumo, AMO vocês;

À minha “mãedrinha” Ana Lucia e aos meus primos Paulo e João pela ajuda, pela generosidade e pela compreensão, me desculpem qualquer coisa;

À minha avó Teresinha pelos mimos, pelas palavras sempre positivas e pela fé. Ao meu avô Francisco por toda ajuda oferecida, por todas as piadas e palavras-cruzadas, e por me abraçar;

À minha avó Delza pela sinceridade e simplicidade, pelos telefonemas, pelos risos e pelo amor. Ao meu avô Arão (*in memoriam*) por ter feito minha vó feliz, por ter me segurado e ter me olhado, mesmo que eu não lembre (levo um pedacinho seu comigo);

A todos os tios e tias, primos e primas, por todas as caronas, por toda a ajuda, por todos os conselhos e por todo o amor;

Ao Anael por ter sido o melhor companheiro em tudo durante esse tempo, por sempre estar ao meu lado e por sempre ter me ajudado;

Aos meus amigos que não estão vivendo o dia a dia comigo, mas que sempre estão no meu coração;

Aos meus amigos de graduação que passaram por toda essa experiência ao meu lado e sempre me ajudaram e me divertiram, guardo todos os nossos momentos;

Aos professores do Curso de Biblioteconomia da FCI, e demais professores que tive ao longo da graduação, por todos os ensinamentos que levo para a vida profissional e para a vida cotidiana;

À minha orientadora, professora Ana Lúcia de Abreu Gomes, pelas ótimas aulas, pela paciência, pelo esforço, pela inspiração e pela dedicação;

A todos os funcionários da UnB, principalmente os que trabalham na FCI. Em especial ao Reginaldo, que sempre me ajudou e ajuda a todos da FCI com educação e presteza.

“Porque é frágil a memória dos homens e para que, com o tempo, não caíam no esquecimento os feitos dos mortais, nasceu o remédio da escrita para que, por meio dele, os factos passados se conservem como presentes para o futuro.”

(Arenga de 1260)

RESUMO

Este estudo procura verificar a possibilidade de classificar a Rede da Memória Virtual Brasileira como um *Lugar de Memória* da mesma maneira que as Bibliotecas Nacionais podem assim ser consideradas. O interesse por essa temática surgiu a partir da discussão sobre o papel das bibliotecas na salvaguarda da memória, especialmente no contexto das novas tecnologias. O estudo analisa a digitalização de informações consideradas relevantes para a identidade da sociedade brasileira e pela inserção das mesmas em repositórios digitais tais como a Rede da Memória Virtual Brasileira. Para tanto, utilizou-se uma abordagem qualitativa de caráter descritivo e exploratório que buscou averiguar se de fato a rede possui as três dimensões fundamentais (simbólica, material e funcional) e demais características necessárias para ser um *Lugar de Memória*. A partir do referencial teórico aportado pelo historiador Pierre Nora e demais estudos sobre os *Lugares de Memória*, juntamente com entrevistas e pesquisas relacionadas ao estudo de caso sobre a rede, analisou-se o fato da mesma poder ser considerada um *Lugar de Memória*.

Palavras-chave: Lugar de Memória. Memória. Rede da Memória Virtual Brasileira. Repositório Digital. Digitalização.

ABSTRACT

The following study seeks to verify the possibility of classifying the Brazilian Virtual Memory Network as a *Place of Memory* in the same way that the National Libraries can be. Interest in this topic has arisen with the objective of contributing to the discussion about the role of libraries as safeguards for memory as well as understanding how this function happens today amidst new technologies. The study also analyzes the digitization of information considered relevant to the identity of the Brazilian society as well as their insertion in digital repositories, such as the Brazilian Virtual Memory Network. For that, a qualitative approach with a descriptive and exploratory character was used to determine whether, in fact, the network has three fundamental dimensions (symbolic, material and functional) and other characteristics necessary to be considered a *Place of Memory*. From the theoretical framework contributed by the historian Pierre Nora and other studies on the *Place of Memory*, and through interviews and research related to the case studies of the network, analyzed the fact that it can be considered a *Place of Memory*.

Keywords: Place of Memory. Memory. Brazilian Virtual Memory Network. Digital Repository. Digitalization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Página inicial da RMVB	48
Figura 2 – Acesso à RMVB pelo portal da BN Digital	54
Figura 3 – Instituições Parceiras da RMVB	55
Figura 4 – Índice das categorias que agrupam o acervo da RMVB	57
Figura 5 – Antologias Literárias do acervo da RMVB	58
Figura 6 – Galeria digital da RMVB	59
Figura 7 – Artigos que fazem parte do acervo da RMVB	59
Figura 8 – Fórum da RMVB	61
Figura 9 – Links para redes sociais da RMVB	61

LISTA DE SIGLAS

BN	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
CD	Compact Disc
CGC	Cadastro Geral de Contribuinte
CPF	Cadastro de Pessoa Física
DVD	Digital Versatile Disc
EUA	Estados Unidos da América
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos,
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MG	Minas Gerais
MHN	Museu Histórico Nacional
Minc	Ministério da Cultura
PA	Pará
PE	Pernambuco
PLANO	Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros
PLANOR	Plano Nacional de Obras Raras
PR	Paraná
PROLER	Programa Nacional de Incentivo à Leitura
RJ	Rio de Janeiro
RMVB	Rede da Memória Virtual Brasileira
SC	Santa Catarina
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 TEMA	17
3 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	18
4 JUSTIFICATIVA	19
5 OBJETIVOS	20
6 METODOLOGIA	21
7 REVISÃO DE LITERATURA	22
7.1 A OBJETIVAÇÃO DA MEMÓRIA EM UM <i>LUGAR</i>	22
7.1.1 PIERRE NORA E OS <i>LUGARES DE MEMÓRIA</i>	23
7.1.2 BIBLIOTECAS COMO <i>LUGARES DE MEMÓRIA</i>	30
7.2 ASPECTOS CONSTITUINTES DE UM <i>LUGAR DE MEMÓRIA</i>	33
7.2.1 ASPECTO SIMBÓLICO DE UM <i>LUGAR DE MEMÓRIA</i>	35
7.2.2 ASPECTO FUNCIONAL DE UM <i>LUGAR DE MEMÓRIA</i>	46
7.2.3 ASPECTO MATERIAL DE UM <i>LUGAR DE MEMÓRIA</i>	64
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
APÊNDICE A – ENTREVISTA SOBRE A RMVB	89
ANEXO A – DECRETO Nº 7.748, DE 6 DE JUNHO DE 2012	95

1 INTRODUÇÃO

Não é de hoje que as bibliotecas vêm evoluindo junto com a sociedade. Sempre que os suportes de informação ou as necessidades dos usuários mudam, as bibliotecas buscam se adaptar para cumprir seu papel. Como disseram Morigi e Souto (2005), as bibliotecas se caracterizavam outrora por serem administradas por monges e frequentadas por membros da igreja, além de possuir um acervo composto por livros grandes e pesados. Entretanto, com o decorrer do tempo, o caráter restrito desses espaços cedeu lugar a um modelo de biblioteca que oferece informação a qualquer pessoa e em seus diversos formatos.

Segundo Garcia e Barbosa (2011), as novas tecnologias desenvolvidas a partir da *Internet*, inclusive a própria rede, são elementos fundamentais para a produção e disseminação de informação da forma como ela se dá no cenário atual. Isso porque através da *Internet* o acesso às fontes de informação se tornou mais simples e rápido, ocasionando maior disponibilidade e produção de conhecimento.

Sendo assim, os avanços tecnológicos que permitem ampliar as formas de atuação da organização e do acesso à informação só puderam se intensificar devido à *Internet*, que opera de maneira dinâmica, sendo o espaço onde as informações podem ser armazenadas e acessadas de forma leve e fluida (ROSA, 2008). A questão é que, se as tecnologias influenciam o modo de agir e as necessidades da sociedade, e

se as bibliotecas refletem as sociedades em que estão inseridas, então elas são o produto das relações sociais. Desta forma, o desenvolvimento da tecnologia trouxe transformações para a biblioteca em vários aspectos, na relação com seu público, seus profissionais e seu acervo, tornando-a bastante diferente da pomposa biblioteca antiga de Alexandria (MORIGI e SOUTO, 2005).

Com o advento do computador e da *Internet*, os serviços ganham cada vez mais versões informatizadas e virtuais. De igual maneira, o tratamento dado aos documentos selecionados como portadores de uma memória nacional em bibliotecas e repositórios digitais dominam a gestão desse tipo de documento, abrindo espaço para a preservação digital.

Segundo Dorneles (2010), a preservação digital “tem a ver com conservação e preservação do patrimônio cultural da humanidade, cuja atenção antes estava

voltada apenas para os registros em suportes físicos orgânicos, e que agora aplica-se aos formatos de expressão digital”. De acordo com Dodebei (2011):

A passagem acelerada do patrimônio cultural para o território do ciberespaço, com a criação dos museus virtuais, das bibliotecas digitais e dos documentos eletrônicos (de arquivo) implicou a mudança das mídias tradicionais para mídias digitais, o que resultou numa convergência que passa a ser a do objeto informacional.

Ou seja, se até o presente momento, os suportes onde estavam registradas as informações eram estruturas tão significativas a ponto de definirem práticas sociais e profissionais, com a possibilidade de convergência da informação em um único suporte, o virtual, como sinaliza a Prof^a Dr.^a Vera Dodebei, traz desafios teóricos e questões profissionais a serem analisadas. Percebendo essa diferença na atuação das bibliotecas em meio às novas tecnologias, considerou-se importante entender como certa função de memória, pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, se dá no contexto atual através de um repositório digital que se encontra no ambiente virtual, a Rede da Memória Virtual Brasileira.

Assim percebemos a trajetória da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN), que acompanhou o desenvolvimento tecnológico juntamente com a mudança de necessidade dos usuários. Essas mudanças levaram a biblioteca a criar novos produtos e serviços como a Rede da Memória Virtual Brasileira (RMVB), para disponibilizar mais informações e para que estas possam ser acessadas por um quantitativo maior de usuários. Desta maneira, os usuários possuindo uma conexão com a *internet*, acessam as informações rapidamente, de maneira simultânea, e de qualquer lugar que estejam. Esta inflexão trouxe um novo questionamento: de que maneira a Rede da Memória Virtual Brasileira retoma ou recria a função de *Lugar de Memória* de uma Biblioteca Nacional?

De tal modo, o presente estudo se insere no conjunto de trabalhos que procura contribuir para a reflexão acerca das bibliotecas como portadoras de uma parcela selecionada da memória coletiva de uma sociedade. Mais especificamente, este estudo procura verificar a possibilidade de classificar a Rede da Memória Virtual Brasileira como um *Lugar de Memória* da mesma maneira que as Bibliotecas Nacionais podem ser assim consideradas. No bojo dessa questão trazemos não só a discussão acerca da digitalização dos acervos como forma de ampliar o acesso da sociedade à sua própria produção cultural, assim como da própria virtualidade, ou seja, aquilo que é atual e potencial (MONTEIRO, 2003).

A Rede da Memória Virtual Brasileira nada mais é que um repositório digital¹ vinculado à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A Rede pretende agrupar documentos em texto, imagem e som relacionados à memórias brasileiras. Para isso, disponibiliza gratuitamente esses documentos ampliando o acesso a essas informações consideradas tão relevantes à memória e à identidade da nação brasileira, se tornando assim um instrumento de salvaguarda e principalmente de disseminação e democratização dessas informações e do conhecimento que elas aportam. De acordo com o próprio portal da instituição, a rede foi desenvolvida a partir de uma parceria entre a Biblioteca Nacional e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP-MCT)². Essa parceria tem por objetivo apoiar a disponibilização em meio eletrônico dos acervos de instituições participantes do projeto, inventariando e disseminando a memória brasileira armazenada nas diversas coleções espalhadas pelo país.

É com iniciativas semelhantes à RMVB que a Biblioteca Nacional demonstra o seu papel como guardião do patrimônio bibliográfico e documental do país sendo assim um *Lugar de Memória* para a nação. De acordo com o site do MinC (2007), o valor do financiamento do projeto foi de R\$ 100.000,00 e até hoje a rede recebe recursos financeiros da mesma agência financiadora. Hoje, a verba destinada à RMVB é uma pequena parte do dinheiro investido na BN Digital³, o que representa uma limitação de recursos para a rede (MELO, 2011). E por ser atrelada à BN Digital, o portal da RMVB pertence ao domínio da Biblioteca Nacional, nele o pesquisador interessado pode acessar diferentes documentos que fazem parte da coleção, assim como obter informações relativas ao projeto. A ferramenta é voltada não só para os pesquisadores, pretende também conquistar o público leigo com seu conteúdo claro e direto (FONSECA e MARTINS, 2007).

O projeto disponibiliza ao usuário parte dos acervos de dezessete instituições parceiras, além de documentos da própria Biblioteca Nacional. Segundo Fonseca e Martins (2007), a rede seria um instrumento do qual as “instituições parceiras poderiam disponibilizar acervos digitais – por vezes reproduzidos e tratados pela própria Biblioteca Nacional – e utilizar a base de dados do projeto para oferecer

¹ Link para o acesso ao portal da RMVB na internet: <http://redememoria.bn.br/>.

² Empresa pública brasileira voltada para as áreas de ciência, tecnologia e inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas. Ela é sediada no Rio de Janeiro e vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

³ Biblioteca Digital vinculada à Fundação Biblioteca Nacional, acessada através do link: <http://bndigital.bn.br/>.

informações sistematizadas sobre seus acervos”. Sendo assim, a rede é uma base digital, um repositório que agrupa em um só lugar vários documentos advindos de diferentes instituições, gerando assim maior facilidade para o acesso a essas informações.

De acordo com o site do MinC (2007), a coleção da Rede da Memória Virtual Brasileira conta com cerca de 2.950 documentos. O site é dividido em diversas áreas de interesse, como religião, política, imprensa, literatura, costumes, artes, ciências, entre outras. Dentre o acervo da rede destacam-se croquis do arquiteto Oscar Niemeyer, imagens da Guerra do Paraguai, partituras, acervo completo de fotos de Augusto Malta e textos de historiadores com links para bibliografias relacionadas ao conteúdo destes textos. Além disso, a Rede de Memória inclui um vasto arquivo sonoro – quase 2.500 trechos de peças de alguns dos nomes mais ilustres da nossa música popular e erudita, como Carlos Gomes, Villa-Lobos e Chiquinha Gonzaga – e um extenso banco de imagens (COSTA e SILVA, 2007)

Através do Portal da Rede da Memória Virtual Brasileira o usuário poderá conhecer as expressões culturais das artes, música, literatura e história do país ou da sua região, tendo acesso também à documentação proveniente dos acervos das instituições parceiras. Integrando e difundindo esta parte da história da sociedade brasileira, a Rede da Memória Virtual Brasileira pretende fazer com que o país conheça suas raízes (SANTOS, 2009). Pois bem, será que podemos caracterizar esta Rede como um *Lugar* apesar de sua virtualidade? E mais especificamente como um *Lugar de Memória*?

Desta maneira, o seguinte estudo procura verificar a possibilidade de classificar a Rede da Memória Virtual Brasileira como um *Lugar de Memória* da mesma maneira que as Bibliotecas Nacionais o são. O interesse por essa temática surgiu com o objetivo de contribuir para a discussão sobre o papel das bibliotecas na salvaguarda da memória, além de buscar compreender como essa função acontece hoje em meio a novas tecnologias. Sendo clara a função das Bibliotecas Nacionais como espaços de salvaguarda de uma memória coletiva e compreendendo o processo de criação da RMVB como um momento de inflexão no papel das Bibliotecas Nacionais de hoje, de que maneira essa rede, dada através da BN, atende a essas funcionalidades de um *Lugar de Memória*?

O trabalho trata ainda da digitalização de informações consideradas relevantes para a identidade da sociedade brasileira e pela inserção das mesmas

em repositórios digitais, tomando a Rede da Memória Virtual Brasileira como cenário para este estudo. Por isso utilizou-se uma abordagem qualitativa de caráter descritivo e exploratório que buscou averiguar se de fato a mesma possui as três dimensões fundamentais (simbólica, material e funcional) e demais características necessárias para ser um *Lugar de Memória*. A partir do referencial teórico aportado pelo historiador Pierre Nora e demais estudos sobre os *Lugares de Memória*, juntamente com entrevistas e pesquisas relacionadas ao estudo de caso sobre a rede, analisou-se o fato da mesma poder ser considerada um *Lugar de Memória*. Então, como a RMVB atende a essas funcionalidades para poder ser considerada como um *Lugar de Memória* brasileiro?

Procura-se discutir essas questões ao longo de dois capítulos. Sendo assim, o primeiro capítulo se ocupa em analisar a objetivação da memória em um *lugar*, mais especificamente a Biblioteca Nacional como sendo este *Lugar de Memória*. Esse capítulo trata sobre o historiador Pierre Nora e seus estudos relativos aos *Lugares de Memória*, além de contextualizar o termo memória no âmbito da Ciência da Informação para tratarmos sobre a RMVB como espaço onde a memória se objetiva. Já no segundo capítulo é verificado se a rede possui os três aspectos (simbólico, funcional e material) que devem coexistir simultaneamente e em graus diversos em um *Lugar de Memória* (NORA, 1993), procurando constatar a possibilidade de classificá-la como um *Lugar de Memória* tal como Nora sugere.

2 TEMA

O seguinte trabalho possui como ponto principal a reflexão acerca de como acontecem os *Lugares de Memória* em ambientes digitais. Para isso, o presente trabalho utiliza como pano de fundo o contexto da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro por meio do estudo de caso da Rede da Memória Virtual Brasileira. O interesse por essa temática surgiu a partir da percepção das diferentes formas de atuação que as bibliotecas vêm adquirindo à medida que acoplam as tecnologias aos seus produtos e serviços. Desta forma esta pesquisa procura contribuir para os estudos na área da memória e também colaborar para a reflexão acerca das bibliotecas como sendo portadoras de uma parcela selecionada da memória coletiva de uma sociedade.

3 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O problema ao qual esse trabalho procura responder diz respeito a como se dá a função de *Lugar de Memória* das bibliotecas nacionais no contexto atual em meio às tecnologias, sendo verdade que um *Lugar de Memória* deve preencher as funções simbólica, material e funcional. Deste modo, de que maneira a Rede de Memória Virtual Brasileira, dada através da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, atende a essas funcionalidades?

4 JUSTIFICATIVA

O interesse pela questão das bibliotecas como sendo *Lugares de Memória*, principalmente bibliotecas nacionais, surgiu com o objetivo de ampliar a discussão sobre como se dá esse tipo de função hoje dentro de um contexto brasileiro, analisando se realmente a Rede da Memória Virtual Brasileira pode ser considerada um *Lugar de Memória* tal como o historiador Pierre Nora sugere.

Deste modo, a partir de um estudo sobre a Rede Da Memória Virtual Brasileira poderemos perceber como esse processo acontece, sendo verdade que um *Lugar de Memória* deve preencher as funções simbólica, material e funcional (NORA, 1994). Sendo assim, como a RMVB atende a essas funcionalidades para poder ser considerada como um Lugar de memória brasileiro?

Poderia ser ressaltada a importância dessas unidades de informação nacionais para uma sociedade através da prestação de serviços como a RMVB, que salvaguardam informações relevantes para a memória de nossa sociedade e no cumprimento de suas funções como responsáveis pelo depósito, acessibilidade, disseminação e democratização desse tipo de informação que remete a uma memória coletiva brasileira.

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Verificar a possibilidade de classificar a Rede da Memória Virtual Brasileira como sendo um *Lugar de Memória*, assim como as Bibliotecas Nacionais podem assim ser consideradas.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Verificar o aspecto **Simbólico** da Rede da Memória Virtual Brasileira.
2. Verificar o aspecto **Funcional** da Rede da Memória Virtual Brasileira.
3. Verificar o aspecto **Material** da Rede da Memória Virtual Brasileira.

6 METODOLOGIA

Foi adotada uma abordagem qualitativa de caráter descritivo e exploratório como metodologia para esta pesquisa. Desta maneira, a partir do referencial teórico aportado pelo historiador Pierre Nora e demais estudos sobre os *Lugares de Memória*, acoplados a entrevistas e pesquisas relacionadas ao estudo de caso sobre a Rede da Memória Virtual Brasileira, procura-se discutir sobre a função de *Lugar de Memória* aplicada às bibliotecas nos dias atuais frente ao uso das tecnologias, especialmente com o uso da digitalização e inclusão de informações relevantes em repositórios digitais como a RMVB.

7 REVISÃO DE LITERATURA

7.1 A OBJETIVAÇÃO DA MEMÓRIA EM UM LUGAR

Este estudo se desenvolve no interior do campo da Ciência de Informação, ou seja, associado à Arquivologia, à Biblioteconomia e à Museologia. “Essas três áreas valem-se da memória no sentido de armazenagem e preservação dos saberes (conservação), para a posterior recordação por parte da sociedade.” (MONTEIRO; CARELLI; PICKLER, 2008). Esses três campos de conhecimento se debruçam sobre um conjunto de questões que, por muitas vezes têm como cenário os museus, os arquivos e as bibliotecas, por isso, podem ser caracterizadas como instituições-memória. Assim, fica clara a questão que estas instituições são lugares onde a memória se objetiva. Observamos, ao longo das leituras feitas para a preparação desse trabalho, que o termo memória está ligado a diversos contextos e por isso possui diferentes significados. Sendo assim, é necessária a definição de uma determinada situação ou campo para que se possa analisar o termo.

Dentro do contexto fisiológico, memória seria “a capacidade que certos seres vivos têm de armazenar, no sistema nervoso, dados ou informações sobre o meio que os cerca, para assim modificar o próprio comportamento.” (CHAPOUTHIER, 2005). Segundo Lopes (2002), “o sentido original do termo memória seria a capacidade humana de reter no cérebro as impressões das experiências vividas”. Em outra perspectiva, a memória poderia ser entendida também como “uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências a partir de resíduos deixados anteriormente” (SILVEIRA, 2010). O historiador Jacques Le Goff (2003) também faz referência a essa dimensão da memória:

A memória como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. Deste ponto de vista, a memória abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e, quanto às perturbações da memória, das quais a amnésia é a principal, a psiquiatria.

Entretanto, apesar de sabermos da fundamental dimensão fisiológica da memória, corroboramos a assertiva de Santos (2003), quando afirma que “a memória [...] excede o escopo da mente humana, do corpo, do aparelho sensitivo e motor e do tempo físico, pois ela é também o resultado de si mesma; ela é

objetivada em representações, rituais, textos e comemorações”. Interessa-nos, precisamente essa dimensão, qual seja a questão da objetivação da memória. E, em nosso caso, a objetivação da memória em lugares e a própria discussão acerca dos lugares ou dos não-lugares na atualidade e suas consequências para o futuro das bibliotecas como instituições-memória no atual cenário da virtualidade, é o ponto central da pesquisa. Para isso é importante conhecer o contexto que deu origem aos estudos sobre os *Lugares de Memória* tal como o historiador Pierre Nora sugere e perceber a construção da BN como um espaço que objetiva a memória.

7.1.1 Pierre Nora e os *Lugares de Memória*

Pierre Nora é considerado hoje uma importante personalidade intelectual no cenário francês. Isso se deu devido a sua atuação como professor ⁴ e também como editor.⁵ Autor de vários artigos sobre história do presente e epistemologia da história (SILVA, 2011), Nora é autor de apenas um livro intitulado *Les Français d'Algerie*⁶, e fez suas maiores contribuições através da coleção de sua própria concepção *Bibliothèque des Sciences Humaines*⁷, da obra *Faire de l'histoire*⁸, que coordenou juntamente com Le Goff e principalmente através da idealização dos volumes intitulados *Les Lieux de Mémoire*⁹. Além disso, Nora fundou em 1980, juntamente com Marcel Gauchet, a revista *Le Debat*¹⁰ e é considerado imortal pela *Académie Française* desde 2002.

Mas de acordo com Silva (2011), é pela intensa ligação que Nora possui com a França que, através da discussão dos *Lugares de Memória*, o autor realiza a

⁴ Professor universitário (assistente na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* e no *Institut d'Études Politiques*, nas décadas de 1970 e 1980) (SILVA, 2011).

⁵ Inicialmente na editora *Julliard* e em seguida na *Maison Gallimard* (SILVA, 2011).

⁶ Ensaio publicado em 1961, no momento mais dramático e incerto da guerra da Argélia, dias antes do golpe frustrado dos generais franceses na Argélia (contrários à independência) tentarem derrubar De Gaulle (presidente da República Francesa na época).

⁷ “Nessa coleção, a ‘nata’ da inteligência francesa e estrangeira (Michel Foucault, Georges Dumézil, Émile Benveniste, entre tantos outros) promove, nas décadas de 1960 e 1970, ‘os anos dourados das ciências humanas’ (SILVA, 2011).

⁸ Publicado em 1974, é considerado um divisor de águas no estudo da história. Possui três volumes e o ambicioso objetivo de ilustrar e promover os caminhos da pesquisa histórica.

⁹ Obra editada a partir de 1984 sob a coordenação de Pierre Nora e finalizada em 1992, que aborda temas como a memória, os *Lugares de Memória*, a nação francesa entre outros temas relevantes para o estudo da história cultural da França.

¹⁰ Uma revista de análise e de discussões aberta a todas as reflexões que permitem melhor entender as evoluções do mundo contemporâneo.

grande obra de sua vida. Essa obra que foi coordenada por Nora teve origem a partir dos estudos gerados no *Seminário Sobre História do Presente* acontecidos na École des Hautes Études en Sciences Sociales (SILVA, 2011). A obra foi escrita ao longo de quase dez anos, se iniciando em 1984 e acabando em 1992, e segundo Lima (2010), a publicação contou com a participação de cerca de 130 historiadores franceses. A obra está dividida em três tomos de sete volumes: *La République* (1 volume), *La Nation* (3 volumes) e *Les France* (3 volumes). Enders (1993), afirma que *Les Lieux de Mémoire* é importante sob todos os aspectos, inclusive pela sua dimensão material (em torno de 6.000 páginas).

O interesse de Nora pelo estudo da memória, segundo Brefe (1999), é “fruto da constatação de um conjunto de fenômenos bastante complexos e profundos que marcaram a França a partir do início dos anos 70” e a forma como a coletividade francesa estava encarando essas mudanças. Em entrevista concedida à Brefe (1999), Nora conta que acontecimentos foram esses que marcaram a França nessa época e que o impulsionou a iniciar este estudo:

o primeiro desses fenômenos é o fim dos 30 anos de crescimento que acaba brutalmente em 1974 [...] Ou talvez, à inversão do crescimento da sociedade rural tradicional [...] Assim, com o desaparecimento da velha base camponesa, cristã também, enfim da velha base rural francesa, o início de uma vasta transformação ou a consciência de uma vasta transformação começa, mostrando, primeiramente, a consciência da perda, a contrapartida dessa crença é o desaparecimento dos antigos costumes, das antigas tradições [...] É toda uma França a respeito da qual temos a impressão de que ela se revira e desaparece para sempre. Em resumo, há todo um fenômeno de memória, de reapropriação dessas tradições que entra em jogo. Um segundo fenômeno que julgo muito importante é o impacto do desaparecimento de De Gaulle e aquilo que lhe seguiu, a partir do início dos anos 70 [...] Eis aí, ao menos, duas razões. Talvez fosse necessário acrescentar uma terceira, decisiva. Na França, o Partido Comunista foi, como você sabe, muito forte, muito mais do que em qualquer outro país europeu. É em meados dos anos 70 que começa a se dissipar a força do Partido Comunista Francês, que tinha até 25% de eleitores e que vai sofrer uma queda para menos de 10% [...] Todas essas razões, somadas a muitas outras que ainda poderíamos enumerar como: em meados dos anos 70, o sentimento de uma certa forma de soberania francesa chega a seu fim, tornando imperativa a submissão às exigências internacionais globais; a interiorização, também, do fim do império francês, com o fim da Guerra da Argélia, desde 1962, mas que levou alguns anos para ser aceito. Tudo isso representa, no fundo, a transformação de uma grande potência que teve, graças a De Gaulle, uma certeza na sua consciência de si mesma de ser uma grande potência. Essa grande potência toma consciência de que, dentro do panorama europeu e mundial, ela não é mais do que uma potência mediana. Tal

adaptação, muito profunda, do olhar que os franceses vão ter sobre a França acompanha-se de uma revalorização evidente do passado nacional. Portanto, há uma mudança de atitude muito profunda tanto em relação ao futuro como em relação ao passado. É uma espécie de aumento progressivo do culto do patrimônio que ocorre e tudo isso explica de forma clara a transformação que os historiadores repercutiram sobre um plano que, talvez, possamos dizer, o meu mérito foi de sentir, centralizar ou de orquestrar para se lançarem nessa empresa de sete volumes dos *Lieux de Mémoire* que eu intelectualmente comecei entre 1978 e 1980.

Deste modo, este estudo de Nora trata de relevantes modificações ocorridas no cenário francês, como é o caso da “aceleração do ritmo de transformações dos processos históricos e a importância cada vez mais destacada dada à memória e aos seus suportes” (GONÇALVES, 2012) e aborda também modificações muito específicas que ocorreram principalmente a partir dos anos 70 e que influenciaram os trabalhos de Nora sobre memória. Ainda em entrevista concedida à Brefe (1999), Nora comenta dos motivos que o levaram a estudar tais temas, o historiador argumenta que, para ele, a vontade em estudar o sentido nacional:

[...] pareceu mais interessante, mais estimulante do que fazer generalidades sobre a história do patriotismo, sobre a história do sentimento nacional, sobre a percepção da pátria, mais do que fazer uma história de ideias puras, no sentido tradicional, muito mais estimulante tomar objetos portadores dessa expressão do sentimento nacional e, então, investiga-los, esmiuçá-los, analisa-los por dentro, estudar sua anatomia, dissecá-los. [...] Eu me dei conta de que nunca fora feita a história da maior parte desses objetos [...] Eu vi se abrir diante dos meus olhos uma espécie de campo, ao fundo cada vez mais largo, um horizonte de problemas que se punham a cada dia de forma mais enfática: que tipo de relação haveria entre a psicologia coletiva e a memória coletiva; que princípio de nação se elabora; quais seriam as diferenças entre o sentimento nacional e o sentimento puramente francês ou republicano; quais problemas colocariam as comemorações, que estudamos tão pouco e, em si, a teoria do ritualismo e da comemoração; em resumo, era todo um campo, o próprio patrimônio, sua história que repentinamente começava a emergir como história e em grande quantidade. Eu acredito que um dos efeitos dos *Lugares de Memória* não foi somente de inventar temas, mas de lhes dar um brilho, uma centralidade que nunca tiveram.

Segundo Enders (1993), Nora afirma haver tomado emprestada a Cícero ¹¹ a figura retórica do *Locus Memoriae*, na qual se associa uma ideia a um lugar, transformando esse espaço em um símbolo. Desta maneira, ele recria o sentido de *Lugares de memória* e o aplica ao cenário francês da época. Nora (1993) diz que “os

¹¹ Termo citado por Marcus Tullius Cícero em sua obra *De oratore* de 1988.

lugares de memória são, antes de qualquer coisa, restos [...] São rituais de uma sociedade sem ritual, sacralidades passageiras em uma sociedade que dessacraliza, ilusões de eternidade”. Ainda segundo Nora, “há lugares de memória porque não há mais meios de memória”, ou seja, esses lugares convêm porque a memória não é mais praticada. Logo, para as memórias não desaparecerem e objetivando sua preservação para o futuro, surgem esses espaços que vêm “carregados de uma vontade de memória” (MOMBELLI e TOMAIM, 2012).

Sabemos que as bibliotecas podem ser definidas como lugares de conhecimento, lugares de informação e assim por diante. Essa perspectiva recente da biblioteca como um *Lugar de Memória* juntamente com “a curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia se associa a um momento particular da nossa história” (NORA, 1993). Isso, porque como já foi observado, com a aceleração da história devido às mudanças ocorridas pela mundialização, democratização, massificação e mediatização do mundo, há “uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto” (NORA, 1993). Assim a ruptura com o passado é cada vez mais acelerada, e como sentimos a necessidade de dar continuidade, de manter certas tradições e informações relacionadas à memória coletiva de uma sociedade, estabelecem-se os *Lugares de Memória*. Desta forma, Pierre Nora destaca uma determinada dimensão antropológica desses *Lugares de Memória*.

Segundo Brete (1999), foram profundos acontecimentos que marcaram a França por volta do início dos anos 70 que impulsionaram o interesse de Pierre Nora pela temática do estudo da memória, foram fenômenos complexos que causaram transformações nas tradições francesas e na forma de encará-las. Sendo assim, Nora discute neste estudo a diferença entre memória (que é carregada por grupos vivos, é um eterno presente, desacelerada, múltipla e dinâmica estando entre lembrança e esquecimento) e história (que é a “Ciência do morto”, representação do passado, acelerada, é universal e se transformou em nosso meio de memória coletiva) a partir da sociedade francesa daquela época.

A partir deste ponto se justifica a importância dos *Lugares de Memória*, pois a memória é carregada por grupos vivos, se ela deixar de fazer parte da tradição, então ela precisa ser lembrada. Tanto locais físicos como museus, bibliotecas, coleções, arquivos, cemitérios, galerias de arte, entre outros, quanto elementos representativos como uma bandeira, um hino, festas, aniversários, entre outros

cumprem a função de *Lugar de Memória*, isto é, são lugares onde se cristalizam memórias coletivas, onde salvaguardam elementos importantes à identidade de uma nação. Sendo assim, Silveira (2010) nos afirma que os *Lugares de Memória* são “espaços que surgem para nos lembrar que a memória, por mais vigorosa que seja, é frágil demais para reter voluntariamente a totalidade das experiências humanas”, e por isso é tão importante a necessidade de se criar lugares para “manter viva a história e a cultura de todo um tecido social” (SILVEIRA, 2010).

De acordo com o próprio Nora, na mesma entrevista à Brefe (1999), a propagação pública da expressão se fez em 1986, quando Jack Lang¹² se opôs ao fim de edifícios ou paisagens desprovidos de valor estético relevante, mas que eram carregados de forte valor sentimental para a sociedade francesa. Essa restrição da utilização do termo apenas para lugares físicos é, segundo Nora em entrevista concedida à Brefe (1999), um tipo de interpretação empobrecida.

Um *Lugar de Memória*, para mim, não poderia nunca ser reduzido a um objeto material. mas sim, ao contrário. A noção é feita para liberar a significação simbólica, memorial - portanto, abstrata - dos objetos que podem ser materiais, mas na maior parte das vezes não o são. Na verdade, existem somente lugares de memória imateriais, senão seria suficiente que falássemos de memoriais.

“O sucesso da coleção ultrapassou os limites da comunidade científica. A expressão ‘*Lugar de Memória*’ tornou-se uma figura do discurso político, um argumento turístico, enfim, um lugar comum.” (ENDERS, 1993). Assim, percebemos que a expressão *Lugares de Memória* não está presa ao contexto acadêmico, pelo contrário, cada vez mais foi se popularizando e com isso ocorrem usos banalizados e errôneos do termo. Isso aconteceu porque a expressão é de certa forma plástica, abarcante e quando o autor publicou essa ideia ele abriu mão do controle de sua interpretação, dando margem para outro tipo de apropriação desse conceito, e como pensa Lima (2010), “talvez o autor não pensasse, quando o escreveu, em todas as aplicações que ele receberia”.

É importante relembrar como foi dito anteriormente que este estudo de Nora tem como pano de fundo o cenário francês, a obra tem como base a sociedade francesa, e traduzir esse estudo para uma realidade diferente de um país distinto da França é uma tarefa complexa. Outros países já fizeram estudos semelhantes ao de Nora, só que adaptados ao seu contexto nacional, como foi o caso da Itália com os

¹² Na época do fato, era Ministro da Cultura na França. Seu mandato foi entre os anos de 2000 e 2002.

Luoghi Della Memória, em Israel, na Espanha com o estudo dos *Lugares de Memória* franquista, na Alemanha com os *Erinnerungsorte*, e também no Brasil (LIMA, 2010) com alguns estudos mais superficiais sobre alguns casos isolados e com a apropriação do termo para o campo do patrimônio cultural. Contudo, executar estudos sobre essa temática voltados ao contexto brasileiro se torna difícil, uma vez que esta obra em questão não se encontra traduzida para a língua portuguesa. Apenas a introdução feita por Nora se encontra em português, o que segundo Enders (1993) se torna um perigo, pois desta forma acaba por restringir a expressão *Les Lieux de Mémoire* apenas ao ponto de vista de Nora, o coordenador da obra, não dando margem para os diferentes aspectos apresentados pelos outros autores.

Seguindo as orientações de Nora (1993), para se ter um *Lugar de Memória* é necessária a articulação de três aspectos que devem coexistir, sendo eles: o aspecto **simbólico** por definição, visto que representa uma memória de um grupo e a mantém e divulga; o aspecto **funcional** por hipótese, pois garante a cristalização e a transmissão da memória coletiva, maneira como alicerçar essas memórias para serem mantidas e o aspecto **material** por seu conteúdo demográfico, onde a memória coletiva se atém, onde é ancorada e pode assim ser alcançada por quem desejar.

Observa-se, a ligação entre a memória guardada em um *Lugar de Memória* e a identidade de um grupo de pessoas, sendo assim, uma memória coletiva. O conceito de identidade é um construto que se sustenta a partir de discursos, objetos e práticas simbólicas que nos posicionam socialmente e dizem nosso lugar em relação ao outro (FRANÇA, 2002). Destaca-se acerca do momento histórico atual, onde possuir uma identidade não significa inserir-se em um grupo imutável e atemporal que serve como elo entre o passado e o presente, através de tradições ou por uma suposta fidelidade às origens (SILVEIRA, 2010). Talvez por isso possamos falar na importância desses *Lugares de Memória* como referenciadores de práticas sociais e culturais, por esses espaços serem o elo entre uma memória e um grupo social.

Este trabalho baseado na visão de *Lugares de Memória* tal como Nora sugere que sejam (material, simbólico e funcional), irá tratar da Rede da Memória Virtual Brasileira, uma iniciativa da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro que é reconhecidamente um *Lugar de Memória*. Para isso o respeito às ideias de Nora sobre o termo *Les Lieux de Mémoire* serão preservados, uma vez que,

“academicamente, é preciso ser fiel aos critérios sugeridos por Pierre Nora e apropriar-se de sua obra com cautela” (LIMA, 2010). Entretanto já vimos que a interpretação deste termo não é fechada e “compreende-se que o conceito é atual e compatível com a crescente necessidade de memória em que se vive” (LIMA, 2010). Um desafio que além de contextualizar o termo *Les Lieux de Mémoire* para uma realidade brasileira, ainda tenta perceber como essa função acontece nos dias de hoje com o envolvimento da tecnologia nesse contexto de salvaguarda da memória.

Com isso percebemos a importância de estudos sobre a memória no ambiente virtual, por ser uma nova possibilidade que surge em meio ao desenvolvimento das tecnologias relacionadas ao avanço dos computadores, Internet, e demais tecnologias que estão ligadas ao âmbito informacional. “Nesse sentido, Lévy (1993) considera as tecnologias da informação e comunicação como extensões da nossa memória, porque são técnicas de auxílio à imaginação, ao raciocínio e à comunicação” (MONTEIRO, CARELLI E PICKLER, 2008). O que podemos concluir de todo esse cenário é que toda a sociedade está passando por um processo de virtualização, o que pressupõe novas formas de interação através da Internet, meio pelo qual se dá toda essa realidade virtual. Assim, inclusive os Lugares de Memória ganham versões cibernéticas, em que podem

ser acessados virtualmente pelos membros do grupo, diretamente preocupados em tê-los disponíveis, por servirem como elemento fortalecedor de seus laços e identidade, como também por qualquer outro grupo ou indivíduo que de alguma maneira possa se interessar por seu conteúdo (RIOS, 2007).

O fato é que, por estarem em um ambiente virtual que difere do real, essas novas versões virtuais dos *Lugares de Memória* possuem características únicas advindas por estarem nesse ambiente característico. Isso porque o virtual, segundo Lévy (1998), “vem do latim *virtualis*, derivado por sua vez de *virtus*, força, potência. Na filosofia escolástica, é virtual o que existe em potência e não em ato”, ou seja, criar um ambiente virtual a partir de um ambiente material é criar um problema dado o estabelecimento de uma nova forma de organização, pois essa virtualização acaba por criar uma ruptura com as regras do ambiente tradicional. Sendo assim, o virtual não é uma oposição ao real, porém um difere do outro por se tratar de diferentes realidades, cada um com suas peculiaridades. O virtual é, portanto, uma dimensão da realidade, e por existir em potência ele funciona de maneira fluida e acaba por

originar novas realidades a todo o momento, sejam elas referentes a uma situação real ou a uma situação imaginada.

O ambiente virtual nada mais é do que um cenário onde os usuários de um sistema de realidade virtual podem navegar e interagir dinamicamente, característica esta importante dos ambientes virtuais, uma vez que os cenários modificam-se em tempo real à medida que os usuários vão interagindo com o ambiente. Um ambiente virtual pode ser projetado para simular tanto um ambiente imaginário quanto um ambiente real (REBELO e PINHO, 2004).

Logo, entende-se a virtualidade como sendo um novo meio em potencial, uma nova possibilidade que surge para manter, salvaguardar, tornar acessível e disseminar a memória, de maneira diferente dos tradicionais *Lugares de Memória*.

7.1.2 Bibliotecas como *Lugares de Memória*

Segundo Portella (2010), a Biblioteca Nacional é considerada pela UNESCO a maior biblioteca da América Latina e uma das maiores Bibliotecas Nacionais do mundo, devido ao seu valor histórico e à quantidade de documentos de seu acervo, hoje em torno de nove milhões de itens entre: livros, imagens, textos, arquivos sonoros, obras raras, arquivos digitalizados, entre tantos outros.

A história da biblioteca começa com a transferência “de toda a família real e da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, quando da invasão de Portugal pelas forças de Napoleão Bonaparte, em 1808” (BETTIOL, 2008). De acordo com o próprio histórico disponível na página da Biblioteca Nacional na *Internet*, o acervo trazido para o Brasil no momento em que a família real se mudava para sua colônia era composto por cerca de sessenta mil peças, entre livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas, e esse acervo era acessível apenas aos reis, príncipes e nobres.

De acordo com Bettiol (2008), ao chegar ao Brasil em 1808, o acervo foi inicialmente acomodado numa das salas do Hospital do Convento da Ordem Terceira do Carmo, e em 29 de outubro de 1810, o decreto do Príncipe Regente determina que “no lugar que serviu de catacumba aos religiosos do Carmo se erija e acomode a Real Biblioteca”, como foi inicialmente chamada a Biblioteca Nacional.

Portanto, a data oficial da fundação da Real Biblioteca foi 29 de outubro de 1810, contudo esta só foi aberta ao público no ano de 1814.

De acordo com Andrade (2009), em 1821 na volta de D. João VI a Portugal, a Real Biblioteca continuou no Rio de Janeiro, pois seria impossível desmontá-la com pressa. Desta forma, D. João VI teria levado apenas parte dos manuscritos da Coroa, mas mesmo ficando no Brasil, os itens da biblioteca pertenciam a Portugal. Sendo assim, “somente após a assinatura do tratado de Paz e Amizade de 29 de agosto de 1825 que o acervo passa a pertencer definitivamente ao Brasil.” (BETTIOL, 2008), pois este foi o momento que D. Pedro I, imperador do Brasil na época, decidiu indenizar a Família real portuguesa pelas propriedades deixadas no país, incluindo a biblioteca.

De lá para cá, a Biblioteca Nacional continuou crescendo devido a doações, aquisições e pela contribuição legal, o que fez com que necessitasse de um espaço cada vez maior para funcionar. Desde 1911, a sede da Biblioteca Nacional se encontra na Cinelândia, Rio de Janeiro. De acordo com Andrade (2009):

Com seu novo prédio e localizada no espaço de simbolização de uma capital moderna, a Biblioteca Nacional, durante as gestões de vários diretores, foi aos poucos, adquirindo uma projeção institucional que assemelhava a seu papel ao lado das grandes bibliotecas internacionais. Assim, a BN passava a representar o país como instituição responsável pela preservação documental brasileira conforme as Bibliotecas Nacionais de outros países.

A estrutura organizacional da Biblioteca está disposta seguindo o Anexo I do Decreto nº 7.748 de 6 de Junho de 2012¹³, com um órgão de direção superior (Diretoria Colegiada), um órgão de assistência direta e imediata ao Presidente (Gabinete) e os órgãos seccionais (dentre eles a Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles que funciona em Brasília e a Biblioteca Euclides da Cunha que funciona no Rio de Janeiro). Administrativamente de acordo com o Anexo I do Decreto nº 7.748 de 6 de Junho de 2012, a Biblioteca Nacional hoje é uma fundação de direito público com vínculo ao Ministério da Cultura, e tem por finalidades:

- I. adquirir, preservar e difundir os registros da memória bibliográfica e documental nacional;

¹³ Decreto disponível na seção *Anexo A* do presente trabalho.

- II. promover a difusão do livro, incentivando a criação literária nacional, no País e no exterior, em colaboração com as instituições com esta finalidade;
- III. atuar como centro referencial de informações bibliográficas;
- IV. registrar obras intelectuais e averbar a cessão dos direitos patrimoniais do autor;
- V. assegurar o cumprimento da legislação relativa ao Depósito Legal;
- VI. coordenar, orientar e apoiar o Programa Nacional de Incentivo à Leitura de que trata o Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992¹⁴;
- VII. coordenar o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas de que trata o Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992¹⁵;
- VIII. elaborar e divulgar a bibliografia nacional;
- IX. subsidiar a formulação de políticas e diretrizes voltadas para a produção e o amplo acesso ao livro;
- X. implementar o Plano Nacional de Livro e Leitura, em articulação com o Ministério da Cultura, promovendo a efetivação da democratização do acesso ao livro, a formação leitora, a valorização da leitura e da literatura brasileira e o fomento das cadeias criativa e produtiva do livro.

Como já foi dito anteriormente, é finalidade da Biblioteca Nacional adquirir, preservar e difundir os registros da memória bibliográfica e documental do país. Observa-se que a memória aparece como função precípua da Biblioteca Nacional. Para cumprir suas finalidades a Biblioteca Nacional conta com serviços especializados, como é o caso do Depósito Legal, a Biblioteca Digital, a coordenação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), o Plano Nacional de Obras Raras (PLANOR), o Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros (PLANO), a Rede da Memória Virtual Brasileira (RMVB), entre outros. Desta forma percebemos que é função da

¹⁴ Decreto que institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) e dá outras providências.

¹⁵ Decreto que institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências.

biblioteca ser um *Lugar de Memória*, e o Depósito Legal, o PLANOR, a Biblioteca Digital, a RMVB e outros são algumas das formas de se atuar preservando a produção intelectual, obras raras e documentos relevantes à memória e à identidade nacional da sociedade brasileira, assim a Biblioteca Nacional exerce seu papel como guardiã da memória do país.

O principal ponto a se observar é que realizando serviços como esses a biblioteca se firma como guardiã da memória, não sendo apenas uma “sala depositária”, mas sim um genuíno instrumento cultural que interage com o usuário, ou seja, que se pretende compatível com o momento tecnológico e as necessidades de seus usuários, e tudo isso levando em consideração a missão e os objetivos que devem ser alcançadas pela unidade de informação em questão. Desta forma a biblioteca garante a comunidade, do presente e, quiçá, do futuro, o acesso à memória coletiva brasileira, democratizando e ampliando o acesso a fontes de qualidade de maneira rápida e prática.

Compreende-se então que os acervos digitalizados fazem parte de uma nova forma de atuar das bibliotecas que cresce cada vez mais, logo é importante pensarmos como as funções dessas instituições acontecem neste meio e quais as alterações que isso causa na sociedade. Assim percebemos a trajetória da Biblioteca Nacional, que acompanhou o desenvolvimento tecnológico juntamente com a mudança de necessidade dos usuários. Percebemos também que as Bibliotecas Nacionais “tendem a reafirmar os saberes e a torná-los móveis, traduzíveis, permutáveis, enfim, tentam dar sentido ao saber e a fazer com que o mesmo se torne um instrumento de reafirmação da ‘identidade’ individual ou coletiva humana” (SILVEIRA, 2010). A BN é, portanto, um espaço onde a memória se objetiva. Toda esta inflexão trouxe um novo questionamento: de que maneira a Rede da Memória Virtual Brasileira retoma ou recria a função de *Lugar de Memória* de uma Biblioteca Nacional?

7.2 ASPECTOS CONSTITUINTES DE UM LUGAR DE MEMÓRIA

Pensando em responder os questionamentos presentes neste estudo, será analisado neste capítulo o triplo sentido que os *Lugares de Memória* possuem de acordo com Nora (1993). Desta maneira, iremos tratar a seguir do aspecto

Simbólico, do aspecto Funcional e do aspecto Material, uma vez que essas três dimensões devem estar presentes para se formar um *Lugar de Memória* tal como Nora sugere. Assim poderemos verificar se, de fato, a Rede da Memória Virtual Brasileira pode ser considerada um *Lugar de Memória*.

Sendo assim, além da vontade de memória que deve se fazer presente para que haja um *Lugar de Memória*, este deve existir

[...] com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diferentes. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivo, só é *Lugar de Memória* se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio que parece um exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre (NORA, 1993).

Portanto, os *Lugares de Memória* têm significâncias materiais, funcionais e simbólicas, além de serem variados, se tratando desde registros escritos, orais, coleção de fotografias, datas comemorativas, passando por celebrações e símbolos, até museus, bibliotecas e obras de arte (PEREIRA, 2006). Essas dimensões caracterizam um conteúdo relacionado a uma memória, já que não é qualquer conteúdo desse tipo que é passível de ser considerado como um *Lugar de Memória*. Nesse sentido, “um *Lugar de Memória* não pode confundir-se com um mero registo ou testemunho” (ABREU, 2005), segundo Alves (2010), “os “lugares de memória” existem onde o simples registro acaba”. Sendo assim, um *Lugar de Memória* é

[...] ao mesmo tempo, o registro e aquilo que o transcende, o sentido simbólico inscrito no próprio registro. Esses lugares são os espaços onde a memória se cristalizou e têm a função de se tornarem uma nova forma de apreender a memória que não nos pertence, a partir do momento que não vivemos mais o que eles representam. São, portanto, locais materiais e imateriais onde se fixaram a memória de uma sociedade, de uma nação, espaços onde grupos ou povos se identificam ou se reconhecem, possibilitando existir um sentimento de identidade e de pertencimento (ALVES, 2010).

Dada a importância de tais aspectos para um *Lugar de Memória*, é fundamental para o presente capítulo analisar como eles ocorrem no contexto da Rede da Memória Virtual Brasileira. Desta maneira, observando como a RMVB age simbolicamente representando um grupo, como ela opera para garantir a

salvaguarda e a transmissão da memória, e como a rede se ancora materialmente para servir de elo entre um grupo e o conteúdo mnemônico, buscamos perceber como a RMVB retoma ou recria a função de *Lugar de Memória*.

7.2.1 Aspecto simbólico de um *Lugar de Memória*

De acordo com as reflexões de Nora (1993), um *Lugar de Memória* é simbólico “por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou.” Como já dito anteriormente, segundo Enders (1993), Pierre Nora “afirma haver tomado emprestada a Cícero, em seu *De oratore*, a figura retórica do *Locus Memoriae*, na qual se associa a um lugar, uma ideia, transformando-o em um símbolo”. Desta forma, um *Lugar de Memória* exerce o aspecto simbólico por ser o elo entre um coletivo e uma memória que os une, do mesmo modo, esse lugar representa esta memória carregando sua tradição identitária. É também, simbolizando essa memória relevante a um grupo social específico, que este *Lugar de Memória* irá manter, de forma a dar continuidade e transmitir esta memória, por isso os *Lieux de Memoire* devem ser simbólicos. Sendo assim, será tratado neste capítulo tanto esse aspecto simbólico dos *Lugares de Memória*, quanto como essa função ocorre dentro do contexto das bibliotecas, focando principalmente no âmbito da Rede da Memória Virtual Brasileira.

“As lembranças coletivas, a repetição de rituais, a conservação de saberes e símbolos e a transmissão deles, são condições necessárias para a criação de um sentimento de pertença” (ALVES, 2010). Isso tudo faz com que a memória possua uma relação cada vez mais íntima com a identidade coletiva de um grupo. Grupo esse que decide “o que é memorável, e também como será lembrado. Os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos de importância para seu grupo” (NORA, 1993).

Deste modo, um *Lugar de Memória*, seguindo a tradição de Maurice Halbwachs, deve ser um elemento agregador da sociedade, de uma memória coletiva que une indivíduos em um mesmo coletivo, ele deve representar conteúdos significativos que possuem um dever de memória e que assim possa evocar nas pessoas um sentimento de identificação. Logo, um *Lugar de Memória* conserva

conteúdos que necessitam serem preenchidos de significados para que assim a memória que eles simbolizam represente efetivamente um grupo menor ou maior de indivíduos.

À luz de Nora, “mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é *Lugar de Memória* se a imaginação o investe de aura simbólica”. Assim, quando alguém comete o ritual para entrar em contato com um *Lugar de Memória*, ao fim, esta experiência deve exprimir um significado a este alguém que o remeta a uma recordação. “As celebrações, na forma de arquivos, museus, bibliotecas etc., tendem à ritualização e permanecem graças à criação de uma aura simbólica da qual são investidas. Com isso, os *Lugares de Memória* tornam-se instrumentos de comemoração, por excelência (WOOD *apud* SALADINO, 2004)”, portanto, esta aura simbólica marca fatos relevantes a um povo e o incita a lembrar e comemorar estes grandes acontecimentos memoráveis. Logo, os *Lugares de Memória* são formadores de uma identidade coletiva por servir como apoio a memória de um grupo. E as bibliotecas sendo instituições-memória acompanham esse princípio.

Entrando no contexto da relação memória-identidade, Bergson (1999) associa a memória com as percepções que temos das coisas em geral, e é essa capacidade perceptiva que faz com que nos lembremos. Assim, só existe memória porque individualmente percebemos o mundo a nossa maneira, ou seja, o que é chamado de memória individual é obtida pelo processo do encontro do indivíduo com um fenômeno externo que o remete a uma sensação, que ao final, se transforma em percepção. Sendo assim, “um dos objetivos da memória é fazer lembrar, refazer, reconstruir as experiências do passado a partir das ideias e imagens de hoje” (COSTA, 2012). Por isso se faz necessária a utilização de fenômenos externos caracterizados como símbolos coletivos para que os sujeitos tenham percepções em comum, se reconheçam como parte integrante de um grupo e com isso lutem contra a invisibilidade desse conjunto (BEZERRA E OLIVEIRA, 2013).

Então, pode-se dizer que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, retido através de sensações provocadas por estímulos externos. Ponto de vista este que é variável e “deve sempre ser analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios” (ROSA, 2008). Assim como Bergson, Halbwachs também trata da necessidade dessa percepção que se dá por contato com influências externas e que

acabam por desencadear lembranças, ele afirma que as lembranças podem ser reconstruídas ou simuladas através da vivência em grupo (ROSA, 2008). Halbwachs (2006) assegura que recorremos a testemunhos para reforçar um evento ocorrido, e por isso nunca estamos sós, a memória é, portanto coletiva e não individual, já que mesmo dentro de lembranças pessoais há agregações de informações externas que acabam transformando essa lembrança e a tornando passível de ser lembrada. Ou seja, “a memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A memória se enraíza no concreto, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993).

Deste modo os grupos em que estamos inseridos têm o papel fundamental na reconstrução de uma memória, já que à medida que mantemos contato com um determinado grupo, as lembranças são retomadas mais recorrentemente e por isso a duração da memória esta diretamente ligada com a duração do grupo que serve de âncora para essa memória, sendo assim, se perdermos esse contato, o lembrar se torna mais difícil devido ao fato do individuo não estar em contato com nenhum suporte que o leve a tal memória, a partir daí se dá a importância de um grupo deste molde.

Mesmo assim, segundo Bezerra e Oliveira (2013), por mais paradoxal que possa parecer, são os próprios seres humanos os maiores agentes da deterioração de nossas lembranças, isso, pois, o descaso com o passado por parte de alguns indivíduos acarreta uma falta de identidade dos mesmos para com a sua comunidade, e já que a memória possibilita a consolidação identitária e consequentemente a formação da consciência cidadã, essas pessoas que não possuem o contato com esse coletivo acabam não perpetuando as memórias, uma vez que, a memória necessita ser transmitida para não ser esquecida.

Partindo da premissa de que, “o homem tem a necessidade de transmitir a seus descendentes, seus conhecimentos, bens e informações importantes para sua sobrevivência” (GOMES, 2009), percebe-se que é imprescindível a salvaguarda de memórias e de patrimônios que remetem ao passado para sabermos como tudo aconteceu até chegarmos ao momento atual do presente, e de tal modo entendermos um pouco mais sobre nós mesmos e a sociedade em que vivemos.

Segundo Nora (1993), “a memória é sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e

do esquecimento, [...] vulnerável a todos os usos e manipulações [...]”. De tal modo, “a leitura de um livro, a apreciação de uma obra de arte, ou de uma coreografia, por exemplo, ganham significações distintas ao longo do tempo (CERBINO, 2012), além de ser flexível e transformada constantemente, a memória é formada por elementos significativos dos próprios indivíduos e para estes indivíduos, porque é a partir dessas memórias coletivas que cada um possui uma compreensão das relações que os formam como grupo, ou seja,

apesar dessa possibilidade de sofrer alterações, alguns elementos na memória coletiva são imutáveis, estes, na busca pela afirmação de identidades, se mostram os principais elementos a serem evocados, pois como mostra Pollak (1992) “tornam-se parte da realidade e passam a fazer parte da essência da própria pessoa (SOUZA, 2013).

Na verdade, a memória se relaciona com a identidade, tanto quanto a identidade se relaciona com a memória, em uma via de mão dupla e de uma forma construtiva, “se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, [...] podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade” (POLLAK, 1992). “Não conseguimos lembrar tudo, nossas lembranças são seletivas, são individuais, mas também sociais e históricas, depende de nossa referencia e da forma como experienciamos e percebemos o mundo [...]” (OLIVEIRA, 2012). Concluimos então que a memória coletiva:

é a memória que retém do passado aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que mantém. Na memória coletiva, os limites são regulares e inscritos e ela se estende a todo o grupo em que está inserida. É formada por uma rede de significados e por construções simbólicas. É a memória do grupo que se sobrepõe à memória individual. Na verdade, a Memória pode ser entendida como o movimento do tempo e sua função é conhecer o passado que se organiza. E, se Memória é tempo, pode-se afirmar que a Memória é base do conhecimento (COSTA, 2012).

Esse fato que, memória é tempo e por isso é base para o conhecimento, poderia se encaixar no contexto das bibliotecas, uma vez que estas são símbolos da densidade do conhecimento, pois “ler numa biblioteca é instaurar uma dialética criadora entre a totalidade e suas partes, entre a promessa de uma memória universal, mas que ultrapassa o olhar de todo indivíduo, e os itinerários pacientes, parciais e atípicos, desenvolvidos por cada leitor” (BARATIN, 2000). Além disso, as bibliotecas buscam atender seu usuário e indiretamente atendem toda a sociedade

(por mais plural que esta seja), até porque “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros” (POLLAK, 1992).

Sendo assim, a identidade coletiva não deve ser percebida como algo unificado, imposto, nem engessado, e sim como uma forma das diferentes memórias se entrelaçarem, para que assim as diferenças sejam costuradas em uma única identidade baseada na multiplicidade. A partir dessas ideias, percebe-se que “a memória é essencialmente um direito, individual ou coletiva ela é disputada, gera tensões e contradições” (ESCOBAR, 2010). A partir deste pensamento não podemos nos esquecer de que, “a memória é um campo de disputa, as memórias são plurais, e o ato de lembrar tem como contra ponto o ato de esquecer” (OLIVEIRA, 2012). Desta maneira, o esquecimento é um ponto essencial para determinar a construção de uma memória que se relaciona com uma nação através da identidade coletiva que ela representa, uma vez que esse esquecimento se dá através de uma seleção entre o que ficará e o que será esquecido.

É neste momento que configuraremos a memória como uma produção do poder tal como Foucault entende, “há uma diversidade de memórias que são produzidas por diferentes mecanismos de poder” (FOUCAULT *apud* ROSA, 2008). Segundo Le Goff (2003) “a memória faz parte do jogo do poder, autoriza manipulações conscientes ou inconscientes e obedece aos interesses individuais e coletivos”. Neste sentido é interessante apontar que a memória é um objeto de luta pelo poder travada entre classes, grupos e indivíduos. Decidir sobre o que deve ser lembrando e também sobre o que deve ser esquecido integra os mecanismos de controle de um grupo sobre o outro (KESSEL, 2010).

Compreendemos então a importância dos *Lugares de Memória*, que sejam elementos para garantir que as memórias sejam transmitidas, lugares que, de acordo com Kessel (2012), “guardam informações relevantes para os sujeitos e têm, por função primordial garantir a coesão do grupo e o sentimento de pertinência entre seus membros”. Por isso, a escolha do que deve ser lembrado é tão importante, pois essa construção seletiva compreende operações de poder, nas quais agentes sociais estão envolvidos (CERBINO, 2012), ela define o que será símbolo coletivo, que deve ser mantido e transmitido.

Aos grupos esquecidos no momento da construção de uma memória, sobra reivindicar suas identidades coletivas, com base em suas memórias e em alguns traços culturais que conseguiram preservar e reelaborar (OLIVEIRA, 2012). Dada essas percepções, entende-se que a harmonia entre o que se é esquecido e o que se é selecionado acaba por construir uma coletividade,

contudo, essa coesão não se dá de forma natural, sem que se travem diversas disputas entre as memórias concorrentes e, uma espécie de processo de “negociação” para conciliar memória coletiva e memórias individuais, sendo necessário, nesse processo de conformação das memórias, eleger aquelas que melhor se ajustam à memória coletiva que se quer construir e desprezar as que não servem para fortalecer certos traços da identidade. (RIOS, 2007).

Sendo assim, Nora (1993) assegura que a memória determinada nos *Lugares de Memória* é voluntária e seletiva, desta forma, “examinar a constituição da memória é investigar encontros, desencontros, reencontros e ainda uma multiplicidade de informações, armazenadas em larga escala, num cenário cercado de paradoxos entre a super informação e a amnésia” (CUNHA, 2011). “A memória se transforma em função do momento em que é articulada e expressa, engendrando mudanças nas identidades construídas” (CERBINO, 2012).

Assim percebemos que por mais plural que sejam as identidades de um conjunto de indivíduos, algo em comum os une transformando-os em um grupo onde eles se identificam coletivamente, e assim como a sociedade, as memórias também são flexíveis e propícias a ressignificações, a memória refere-se a algo do passado, mas se baseia nas vivências dos indivíduos, e por essa flexibilidade a memória se mantém compatível com a sociedade, o que acaba por influir também na seleção de informações para compor o acervo de uma biblioteca, mesmo sendo em um ambiente virtual.

O fato é que, quando se admitiu a multiplicidade das identidades, se admitiu também a variedade de símbolos. Eliminando assim a predominância de símbolos nacionais únicos e grandiosos, a ideia de uma única identidade nacional foi superada, o que validou a diversidade nacional e consequentemente a multiplicidade de memórias, originando muitos *Lugares de Memória* no Brasil (NOGUEIRA, 2012). Sabendo que no Brasil há uma pluralidade de identidades, ultrapassamos a ideia de uma grande identidade nacional e consideramos que há várias identidades brasileiras fragmentadas e diferenciadas umas das outras, alegando que cada grupo distinto possui memórias diferentes, identidades diferentes e se reconhecem e vivem

a partir de distintos conceitos. “As identidades nacionais que garantiam uma identidade permanente e confortadora desaparecem e dão lugar a uma multiplicidade de identidades com as quais temporariamente podemos nos identificar” (KERBAUY, 2009). Essa multiplicidade de identidades foi percebida a partir das rupturas que se instalaram nas sociedades modernas a partir dos anos 70, mesmo momento em que Nora começa a estudar essas rupturas na França e suas consequências na França.

Mais um ponto de diferença entre o trabalho de Nora feito com base no contexto Francês e que não pode ser aplicado para o contexto do presente estudo. Já que no Brasil a questão do desenvolvimento do país como um todo, está cercada pela história de cada diferente grupo que participou da formação da nação brasileira, diferente da França que contava com elementos simbólicos relacionados a uma grande e única identidade nacional, como por exemplo, a *Marselhesa*, a moeda, a bandeira, o brasão, dentre outros símbolos que também são insígnias da coletividade porque exercem, neste caso, a função social de singularização do coletivo e do território francês (CERVO, 2012).

Sendo assim, a biblioteca exerce seu papel de agrupar, organizar e disseminar diferentes informações que remetem a diferentes indivíduos. Desta maneira,

acrescentou-se a biblioteca como memória coletiva das experiências existenciais, científicas e culturais do lugar onde se insere. Inscrita sob a forma de documento, essa memória requer sua reunião, organização e meios específicos para sua disseminação, tendo-se em vista um amplo uso por parte de todos aqueles que contribuem para sua formação (SILVEIRA, 2010).

A questão que é proposta neste tópico, analisando a função de memória da Biblioteca Nacional através da RMVB, é saber se desta maneira a Rede pode ser tida como um *Lugar de Memória* a partir das ideias de Pierre Nora refletidas no contexto brasileiro, o que nos faz também comparar o ritual que acontece em uma biblioteca tradicional com o ritual que um usuário deve executar para entrar em contato com o conteúdo digital da rede que simboliza algumas memórias coletivas brasileiras, pois,

os ritos seriam a reprodução de uma essência expressa através da cultura, aqui entendida como comportamento, pois é a forma com que os homens se relacionam com a natureza [...], este carrega em sua configuração regras sociais e é realizado para lembrar ao grupo de seu elemento fundamentador [...] Portanto, o ritual teria, nessa definição, o papel narrativo de consolidação e totalização, é através

de sua prática que se reúnem elementos característicos de um grupo, conferindo-lhe sentido, unificando-o. (ARÉVALO, 2004).

Deste modo percebemos a importância da ocorrência do ritual para a memória, o que nos leva a analisar como este ritual acontece no ambiente das bibliotecas, sejam de maneira tradicional, sejam em ambiente virtual.

O usuário se encaminha a uma biblioteca por possuir alguma necessidade relacionada ao seu estado informacional, seu conhecimento, para lazer e por questões de leitura também. Assim, o uso da biblioteca e de seus serviços requer um comportamento específico, um agregado de ações que formam um ritual de utilização de uma biblioteca. Conforme as ideias de Nogueira (2012):

a memória resgata pelo ritual de visita, comemoração e celebração têm funções pragmáticas, identificadas nas intenções de, em nome de uma herança comum tanto espiritual quanto material, integrar os indivíduos em conjuntos identitários, distinguindo-os em relação aos outros, mas exigindo, igualmente, em nome da continuidade do grupo, deveres e demonstrações de fidelidade.

Mas sabendo do papel da biblioteca e da maneira como a memória é resgatada por meio de um ritual, como esse ritual acontece no âmbito de uma organização como essa? E será que temos alterações deste ritual se este acontecer em uma biblioteca digital ou um repositório digital?

Ao entrar em uma biblioteca tradicional, estamos entrando em um mundo novo, um lugar físico que tem o poder de nos transformar, isso porque ao longo deste ritual de acesso a esse tipo de biblioteca, as nossas atitudes, o nosso modo de agir, se transformam. Isso, pois, ao visitar uma biblioteca, entramos em outra dimensão, nos encontramos em um lugar voltado para o estudo, para a leitura, para o conhecimento. Deste modo, ao entrarmos pela porta da biblioteca estamos em um espaço diferente do restante do mundo que ficou para trás, é uma nova dimensão, e isso nos confere uma nova postura. Nossas atitudes dentro de uma biblioteca se transformam em objetivo, no sentido de que ao entrarmos neste espaço possuímos uma necessidade de algo, adentramos com um objetivo, seja ele em busca de leitura, seja em busca de alguma informação, ou de outros serviços que as bibliotecas nos proporcionam, o fato é que há uma vontade por detrás de uma visita a uma biblioteca, mesmo que seja uma vontade desconhecida.

Ao praticar esse ritual de visita a uma biblioteca também nos transformamos em relação ao volume, devido ao silêncio que se preza nestes espaços. Assim, o

volume de nossas vozes, nossas ações, nossas conversas devem estar compatíveis com o ambiente da biblioteca. Percebemos que este ritual de acesso a uma biblioteca tradicional demanda algumas transformações em nosso modo de agir, em nossa postura, a partir de algumas convenções e algumas regras impostas a todos para se seguir dentro de espaços como este. Essa visita se torna um ritual repetitivo, uma vez que cada pessoa ao entrar em uma biblioteca se depare com essa mudança em seu comportamento durante o momento que permanecer nesse determinado ambiente. Neste caso, a memória é resgata pelo ritual de visita à biblioteca, já que é desta forma que o usuário entra em contato com o conteúdo que o remete a uma determinada memória, assim ele se reconhece identitariamente em meio a um grupo.

A questão neste ponto seria a respeito de como esse ritual de acesso se dá em ambientes virtuais, ou seja, que se encontram representados no ciberespaço. Essa preocupação aparece pela percepção de que esse conteúdo estando no ciberespaço possui características únicas, como por exemplo, serem acessados por usuários de qualquer parte do mundo através da *Internet*. Desta forma, o acesso a uma biblioteca ou um repositório digital possui suas especificidades, apesar de ser semelhante ao ritual de visita a uma biblioteca tradicional.

O aspecto dimensional continua com o mesmo princípio de que a biblioteca ou o repositório digital acaba por transportar a pessoa a um universo do conhecimento e do estudo. A diferença é que como se encontra dentro do ambiente virtual, um não-lugar, o indivíduo entra e sai deste espaço com muito mais facilidade. Isso porque

a *Internet* quebra a ritualização ligada aos lugares de memória tradicionais (tais como museus e monumentos). Por estar em todos os lugares ao mesmo tempo, a informação deixa de ser sacralizada para poder ser rapidamente consumida. Essa desritualização dos lugares de memória está calcada mesmo no novo tipo de interação apontada por Paul Virilio: a interação com esta presença que é a memória (que, afinal, vira uma telepresença), não se desenrola mais no espaço, mas no tempo – e, a partir desta ubiquidade, a experiência deixa de ser única e imediata (CASA DEI, 2009).

Assim a RMVB redesenha a configuração do ambiente biblioteca por estar virtualmente situada, o que, diferentemente do ambiente tradicional, não demanda uma postura social peculiar ao entrar e sair deste meio. Sem contar que ao mesmo tempo em que está com a página da biblioteca digital aberta, o usuário pode estar

também com a página de outro portal aberta, ouvindo música, ou com algum outro aplicativo aberto, o que configura a não exclusividade da atuação do espaço da biblioteca no usuário, é com certeza um novo modo de se ter acesso à informação em um novo tempo e em um novo espaço.

Em se tratando do objetivo que move um usuário a procurar unidades de informação, este não se modifica em essência, uma vez que o usuário continua buscando a biblioteca para sanar alguma necessidade informacional que possui, seja para o puro lazer seja para o estudo. A diferença é que esse objetivo no ambiente virtual pode ser cumprido com mais facilidade devido a não necessidade de locomoção, uma vez que, o usuário pode se conectar a *Internet* de sua própria casa por meio de algum equipamento tecnológico que possua essa função de conectividade (como é o caso de um computador, um *tablet*, ou até mesmo um celular), e assim ter o acesso à informação de maneira facilitada.

Mas a grande diferença entre o ritual de visitação de uma biblioteca tradicional e o ritual feito em um ambiente virtual é o modo de se comportar do usuário no momento da visita. Percebemos que esta é a grande mudança, já que, não estando mais em um ambiente que requer silêncio, o indivíduo não tem que medir suas atitudes a esse ponto. Isto é, o usuário pode estar executando outras atividades simultaneamente ao acesso de uma coleção digitalizada, o que não impõe que haja com uma postura específica no momento deste acesso tal como o ritual tradicional.

Percebemos que a experiência de contato de um usuário com a biblioteca tradicional se diferencia de como se dá este contato na experiência virtual. Isso ocorre devido aos diferentes objetos e posturas exigidas ao indivíduo em cada uma das situações. Com esta análise se observou que o ritual “necessita de um espaço físico como âncora na formação de um tipo de memória exigida na sociedade contemporânea: a coletiva, ainda que não universal, mas que permite ao indivíduo ter acesso a um processo de identificação” (ARÉVALO, 2004).

Para Nogueira *apud* Le Goff (2012), “toda memória é simbólica, ou seja, opera mediante metáforas que exprimem um estado de espírito.” Deste modo concluímos que a memória é uma operação ideológica, um processo psico-social de representação de si próprio, que organiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz, (MENESES, 1992). E os *Lugares de Memória* salvaguardam essa memória e tudo o que ela acarreta,

sendo um meio para dar continuidade e transmitir esse conteúdo através do contato das pessoas pelo ritual de acesso a esses lugares que as remete a memória que representam.

Assim, a Rede da Memória Virtual Brasileira se ocupa de exercer esse papel, de ser um ambiente onde se encontram reunidas memórias que identificam uma nação através de conteúdos que representam simbolicamente verdadeiros acontecimentos relacionados ao diferentes grupos sociais do país, dando significados a eles e com isso contribuindo diretamente para o acesso e indiretamente para a salvaguarda da memória brasileira. Deste modo, aqueles que pensam que a biblioteca de hoje se dá apenas da maneira tradicional, ou que ela não passa de um depósito de informações sem utilidade e ultrapassada, nunca compreenderão a complexidade de uma organização como essa. A biblioteca hoje é muito mais do que um depósito, é um sistema peculiar e simbólico que atua como intermediário entre seus usuários e o mundo, através do conhecimento disposto nos mais variados suportes.

Percebe-se que a Rede da Memória Virtual Brasileira segue os padrões de um *Lugar de Memória* quanto à sua simbologia, ou seja, a RMVB simboliza tal como uma biblioteca tradicional, a densidade do conhecimento, é uma instituição que condensa informações selecionadas de alguma forma. A Rede apresenta documentos que estão ligados à memória brasileira e os tornam acessíveis para que as pessoas possam entrar em contato com esse conteúdo através do ritual de visitação. Ritual esse que impõe equipamentos tecnológicos necessários, além da vontade e do objetivo de cada um em entrar na dimensão da rede para utilizar o repositório.

Sendo assim, essa série de conteúdos mnemônicos referentes a textos, imagens e sons relacionados à história e à cultura brasileira que a rede oferece, está ligada diretamente a diferentes grupos sociais que formam a população brasileira e por isso é considerada um repositório de documentos que simbolizam memórias coletivas e que remetem a pluralidade de identidades do povo brasileiro. De tal modo, a RMVB se torna um meio de disponibilizar esse conteúdo e torná-lo acessível aos usuários, ao mesmo tempo em que salvaguarda essa memória digitalmente. Desta maneira a rede opera em prol da coletividade representando a densidade do conhecimento através de seu conteúdo digital, portanto possui o aspecto simbólico necessário a um *Lugar de Memória*.

7.2.2 Aspecto funcional de um *Lugar de Memória*

De acordo com as ideias de Nora (1993), um *Lugar de Memória* é “funcional por hipótese, pois garante a cristalização e a transmissão da memória coletiva” (NORA, 1993), é a maneira como alicerçar essas memórias para serem sustentadas. Ou seja, trata-se da operacionalidade de um *Lugar de Memória*, como ele funciona para garantir a salvaguarda e a propagação de uma memória coletiva. Essa funcionalidade estabelece o elo entre a coletividade (juntamente com a vontade de memória) e o *Lugar de Memória* a fim de que este último cumpra sua finalidade de “transportar e transmitir as memórias” (LIMA, 2010) relacionadas à identidade de um grupo.

A partir das modificações que aconteceram na França, já citadas anteriormente, Nora percebeu uma transformação no coletivo francês que culminava no desaparecimento do homem-memória, desta forma, “a transmissão de vivências individuais e coletivas se perdeu no cenário contemporâneo” (PEREIRA, 2006). Era o fenômeno da aceleração do tempo agindo, o que sugere “uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio” (NORA, 1993).

Sendo assim, os indivíduos sentem a necessidade de criar elementos para manter a memória antes que a mesma desapareça, pois, como Mombelli e Tomaim (2012) afirmam: “A ameaça do esquecimento ronda as lembranças na contemporaneidade, levando à obsessão pelo registro de memórias, uma vez que a modernidade tem o anseio por uma identidade coletiva e vai buscar a sua construção em vestígios do passado”. A partir deste contexto, Nora sugere os *Lugares de Memória* para proteger esses conteúdos mnemônicos:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema da sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais [...] (NORA, 1993).

Segundo Nora (1993), essa ação de descentralização da memória é a “liquidação da memória”, nesse sentido, Bauman *apud* Mombelli e Tomaim (2012) nos assegura que na modernidade líquida os laços afetivos e sociais estão fragilizados e são transitórios, acelerando as transformações sociais, onde

maleabilidade, fluidez e flexibilidade governam o novo tempo. “Essas mudanças provocam transformações na própria constituição das identidades, que se tornam voláteis e são oferecidas como um produto a ser consumido, rompendo, muitas vezes, os laços com as tradições e com o passado” (MOMBELLI e TOMAIM, 2012).

Sendo assim, a funcionalidade de um *Lugar de Memória* está ligada ao fato de que estes operam nos alicerces das memórias coletivas (NOGUEIRA, 2012). Segundo Cerbino (2012),

compreendendo aspectos do tipo funcional, material e simbólico, que não são excludentes, mas que coexistem no tempo, esses lugares têm como função relembrar o passado continuamente em uma tentativa de manter ativos laços de pertença e, em consequência, vínculos de identidades.

É nos *Lugares de Memória* que as pessoas se identificam e com isso criam uma identidade e um sentimento de pertencimento, é neles que os indivíduos se sentem seguros contra a volatilidade do mundo moderno garantindo que a memória não se perca para sempre nas linhas do tempo passado (MOMBELLI e TOMAIM, 2012).

Desta maneira, para que exista um lugar como este que opere como âncora de uma memória coletiva, é necessário que haja vontade de dar continuidade a essa memória em questão, já que eles “nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea” (NORA, 1993). Assim, “os lugares de memória expressam o anseio de retorno a ritos que definem os grupos, a vontade de auto reconhecimento e a busca por uma memória espontânea e verdadeira que teria sido perdida, sendo os lugares de memória os seus resquícios” (ROSA, 2008). Ritos estes que, como já tratado na subseção anterior deste mesmo capítulo, “tradicionalmente podem ser tidos como função social ao lembrar aos membros de um grupo seus princípios, pode ser ferramenta de construção de uma totalidade para o grupo, e também tem como características formar os indivíduos envolvidos no grupo” (ARÉVALO, 2004). Isso nos remete a ideia de que o *Lugar de Memória* pode ser tido tanto como prática ou como ritual de ligação ao passado que objetiva o não-esquecimento (RIOS, 2007).

O que a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro se propõe a fazer através da Rede da Memória Virtual Brasileira, é agrupar e tornar acessíveis documentos em formato digital que simbolizam memórias da sociedade brasileira. A partir destes documentos e de toda carga simbólica de uma identidade coletiva que trazem, eles possibilitam que os brasileiros entrem em contato com essas informações em um

processo de reconhecimento. Logo, a maneira como a rede opera para realizar esse objetivo é sua funcionalidade, senão, vejamos.

Figura 1 – Página inicial da RMVB.



Fonte: <http://redememoria.bn.br>

As instituições parceiras do projeto oferecem os documentos que possuem para serem incluídos na rede, ou seja, “recorrem a BN para obter assistência técnica no processo de digitalização ou simplesmente conseguir um espaço para divulgar suas preciosidades” (MELO, 2011). Essa disponibilização em meio eletrônico é uma parte imprescindível para o funcionamento da rede, e ela se dá a partir da digitalização dos mais diversos materiais pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. E “no que se refere digitalização e disponibilização de seus acervos, a Biblioteca Nacional é uma das que mais avançou dentre as instituições brasileiras” (FONSECA e MARTINS, 2007).

Digitalizar um documento é representa-lo na linguagem entendida pelo computador através de um equipamento *scanner*, ou seja, consiste em transforma-lo em *bits* (DODEBEI, 2007). Quanto aos procedimentos de digitalização e disponibilização das informações na RMVB, Fonseca e Martins (2007) afirmam que primeiramente todo o material é levado para o Laboratório de digitalização da Biblioteca Nacional (considerado o mais bem equipado entre as instituições publicas

brasileiras), e digitalizado por meio de modernos equipamentos, inclusive os materiais de grande formato são digitalizados em *scanners Power Phase One* que possuem uma alta definição. “A imagem digitalizada se transforma em conjuntos de *pixels* que podem ser compreendidos visualmente pelo olho humano e também por programas de computação” (DODEBEI, 2007).

Sabendo disso, outro processo importante a se analisar sobre esses materiais que são digitalizados é o processo de seleção dos mesmos. Tendo em vista que o foco da rede é formar um acervo digital com base em documentos que remetem à memória brasileira, e que para ser um documento como este, deva simbolizar uma coletividade brasileira, e conseqüentemente, deva tratar de um assunto do qual o indivíduo se identifique como brasileiro e que o represente. Deste modo, a seleção do conteúdo que será disponível na rede é uma questão muito mais complexa do que se imagina. Isso porque, como já dito no subcapítulo anterior, “a questão da identidade e do pertencimento cultural na contemporaneidade deve iniciar sua empreitada se valendo do seguinte indício: talvez a marca mais eminente da condição pós-moderna seja a fragmentação” (SILVEIRA, 2010).

Sendo assim, “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram a vida social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2001). Segundo Escobar (2010):

A “globalização” impõe comportamentos iguais para culturas diferentes, ao mesmo tempo em que coloca a diversidade cultural das populações dentro de um mesmo pacote, destruindo identidades, como se todos tivessem os mesmos gostos, as mesmas preferências, os mesmos tempos de construção em uma sociedade que se quer plural e democrática.

Entendendo então que na sociedade da informação, a globalização causa uma distorção das noções de tempo e de espaço imprimindo novos meios para os indivíduos se reconhecerem e interagir, o sentido da palavra identidade deixa de remeter a origens e semelhanças e passa a ser tratada como representações flexíveis e sempre em construções que se tecem através da linha da multiplicidade dos diversos discursos e práticas simbólicas que nos posicionam no mundo e em relação ao outro (SILVEIRA, 2010).

Portanto não há apenas um grupo exatamente igual de brasileiros que se reconheça perante e apenas um mesmo conjunto de símbolos, a pluralidade de identidades acarreta a pluralidade de documentos-símbolo que representam os

grupos de pessoas que formam a sociedade brasileira. Então, a memória dos grupos por representar esses próprios grupos, é marcada pela diversidade, o que implica em uma seleção de documentos que estejam dentro dos parâmetros já citados para condizer com a realidade plural da contemporaneidade. O problema é que, em se tratando do universo tecnológico, essa seleção poderia deixar de ser diversificada e agir de forma singularizada, uma vez que os responsáveis pela seleção seriam aqueles que dominariam as tecnologias de recebimento e de distribuição dos conteúdos informacionais, disponibilizando somente uma parcela da memória referente a certos grupos. Desta maneira, caberia à própria Biblioteca Nacional, a importante tarefa de selecionar o conteúdo da Rede da Memória Virtual Brasileira considerando a multiplicidade dos grupos sociais brasileiros, para que desta forma a rede cumpra seu objetivo e seja realmente um instrumento de memória nacional.

De acordo com Paulo Miguel Fonseca, que já foi coordenador da rede, em resposta a entrevista concedida para a realização deste trabalho, não havia uma rigorosa seleção de informações para compor o acervo, o conteúdo era adquirido de acordo com o que as instituições parceiras se propunham a oferecer. E analisando o acervo da rede, pudemos perceber que se trata de um conteúdo bem variado que está de acordo com essa multiplicidade de memórias da sociedade brasileira.

A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, como coordenadora do projeto, visita as instituições parceiras com a finalidade de selecionar os materiais para fazerem parte da Rede da Memória, selecionam dentre o conteúdo disponibilizado pela instituição para tal finalidade. Depois, um representante da rede juntamente com o fotógrafo da BN realiza a coleta desses documentos por meio de fotografias ou dos próprios arquivos digitais já existentes. Logo em seguida é feita a digitalização desses materiais selecionados, através da utilização dos equipamentos do Laboratório de Digitalização da Biblioteca Nacional (FONSECA e MARTINS, 2007).

Sendo assim, “a Biblioteca Nacional gera arquivos másteres do acervo reproduzido digitalmente e entrega cópias desse material à instituição detentora do acervo. O material digitalizado passa então a integrar o acervo do Programa de Preservação Digital da Biblioteca Nacional” (FONSECA e MARTINS, 2007). De acordo com os coordenadores da rede, o próximo passo é a geração de backups em arquivos on-line e off-line e arquivos provindos para exibição dos mesmos na *Internet*. Segundo Paulo Miguel Fonseca, há na equipe na rede um responsável por tratar as imagens, o que contribui para a qualidade das imagens pertencentes ao

acervo da RMVB, além disso, a rede segue todas as normas e padrões internacionais relativas à reprodução digital de acervos.

Ainda segundo Paulo Miguel, ao conseguirem um material para a rede, era essencial observar a qualidade das informações, que deveriam estar as melhores possíveis, mas nem sempre isso era factível. “Todo material digital disponibilizado na *Internet* apresenta baixa resolução; ideal para a visualização e possibilitando cópias caseiras, porém sem qualidade para reprodução profissional” (FONSECA e MARTINS, 2007). O progresso que a Biblioteca Nacional obteve dentro da área de digitalização de documentos combinado com a inauguração do Laboratório de Digitalização da Biblioteca Nacional, permitiu que a instituição desenvolvesse a ideia de um projeto como este da rede da memória virtual brasileira (FONSECA e MARTINS, 2007). Ainda utilizando a fala de Paulo Miguel em entrevista, essa transformação originou não só a RMVB, mas também vários outros serviços semelhantes da BN relacionados com esse novo momento da Biblioteca que tem como base a maior utilização de tecnologias de informação e comunicação para acontecer seus produtos e serviços. São exemplos dessas modernizações advindas da união da BN com as tecnologias: A *Biblioteca Nacional Digital*¹⁶, o projeto A *França no Brasil*¹⁷ e A *Hemeroteca Digital Brasileira*¹⁸.

Deste modo, após a captura digital através desses equipamentos, os arquivos são revisados de forma a garantir a qualidade e a fidelidade dessa informação digital para com a original. Na sequência, após terem sido digitalizados e revisados, os arquivos digitais são inseridos na base através de metadados descritivos, administrativos e de preservação por alguém da equipe especializada da Coordenação de Informação Bibliográfica da Biblioteca Nacional. Segundo Fonseca e Martins (2007), esses padrões “aplicados ao sistema de gestão de metadados permitem a gerência dos arquivos digitais no que se refere à sua descoberta, identificação, administração e preservação a longo prazo além da comunicação com outros sistemas de bibliotecas digitais”.

¹⁶ Verificar nota de rodapé número 3.

¹⁷ Portal digital que une objetos e imagens culturais entre duas formações civilizatórias através do uso das tecnologias. Projeto referente às bibliotecas nacionais da França e do Brasil para a consolidação de uma tradição multissecular de encontros e trocas de documentos. Acesso ao portal pelo Link: <http://bndigital.bn.br/francebr/>.

¹⁸ Portal de periódicos nacionais que proporciona ampla consulta, pela internet, ao seu acervo de periódicos – jornais, revistas, anuários, boletins entre outros – e de publicações seriadas em formato digital. Acesso ao portal pelo Link : <http://hemerotecadigital.bn.br/>.

Quanto aos aspectos tecnológicos da rede, se destaca o uso do MARC21 para a entrada de dados na base da rede, que é também o padrão adotado pela Biblioteca Nacional. Já “para arquivos documentais de outras instituições, bem como para inserção de metadados do acervo da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional foi disponibilizada uma planilha de entrada de dados baseada nas normas brasileiras de descrição arquivística Nobrade¹⁹” (FONSECA e MARTINS, 2007). Então, é a partir de todos esses procedimentos e padrões utilizados que funciona a Rede da Memória Virtual Brasileira.

De acordo com o próprio site da rede, “A criação e geração de conteúdos digitais inéditos de relevância para a cultura regional e nacional e a sua difusão através do Portal da Rede Memória Virtual Brasileira, permitirá a universalização do acesso à diversidade cultural brasileira”.

Seguindo essa diretriz, no ano de 2004 a então diretora do Centro de Processos Técnicos, Dra. Célia Ribeiro Zaher, planejou e iniciou um projeto ambicioso: formar uma rede de circulação de conhecimentos, estudos, saberes e acervos relativos à história do Brasil, suas expressões artísticas, literárias e culturais; a Rede da Memória Virtual Brasileira. Em parceria com a Biblioteca Nacional, universidades e bibliotecas públicas seriam convidadas a formar uma rede de dados comum às instituições participantes do projeto. Nesta rede se disponibilizariam informações sobre os acervos, em um sistema criado e gerenciado pela Biblioteca Nacional (FONSECA e MARTINS, 2007).

Pelo que dizem os coordenadores da rede, Paulo Miguel Fonseca e Vinicius Pontes Martins, a rede se modificou após o primeiro ano de trabalho, inicialmente este projeto seria uma versão brasileira do site bilíngue *United States and Brazil: Expanding Frontiers, Comparing Cultures*²⁰, que fazia parte do projeto “Global Gateway²¹” desenvolvido pela Library of Congress (EUA), mas em 2005, Liana Gomes Amadeo assumiu a direção do Centro de Processos Técnicos e “propôs reformulações à concepção original da Rede da Memória. Uma nova equipe executora foi contratada e novas propostas foram incorporadas ao modelo inicial da Rede. Buscou-se ampliar as parceiras e a abrangência temática da Rede [...]”.

Em entrevista, Paulo Miguel explica que em 2006 quando foi chamado para trabalhar nessa nova equipe da RMVB, a proposta da rede era um tanto quanto conservadora e a nova equipe buscou modernizá-la e deixá-la mais despretensiosa.

¹⁹ Norma que tem por objetivo a adaptação das normas internacionais à realidade brasileira.

²⁰ Acesso ao portal através do link: <http://international.loc.gov/intldl/brhtml/brhome.html>.

²¹ Iniciativa da Biblioteca do Congresso Americano que objetiva construir bibliotecas digitais que sejam bilíngues através de parcerias com vários países ao redor do mundo.

A equipe da rede era composta por um historiador, um tratador de imagens, um *web designer* e eventualmente um ou dois estagiários.

Como analisa Paulo Miguel, houve, no ano de 2011, uma reestruturação interna na BN e a rede passou a ter uma dotação orçamentária, o que melhorou o desenvolvimento da rede. A RMVB se modificou principalmente em sua interface, um novo site em *wordpress*²² foi elaborado e colocado no ar em 2011. Portanto, essa reestruturação da BN acarretou melhoras também na RMVB, não só visualmente em seu portal na internet, mas também internamente em relação a verba que recebia e demais recursos que dependiam desse orçamento.

Segundo o site do Minc (2007), o projeto, iniciado em 2005, foi bancado, no valor de R\$ 100 mil, pela FINEP-MCT, e de acordo com o que Paulo Miguel afirma em entrevista, essa verba advinda da FINEP-MCT, foi gasta e a rede ficou dependente de outras verbas adquiridas pela BN até esse momento de reestruturação pelo o qual a biblioteca passou em 2011. A partir deste período a RMVB passou a ser um dos projetos relacionados à BN Digital. Logo, a verba destinada à Rede é uma pequena parte do dinheiro investido na BN Digital, o que representa uma limitação de recursos para a rede (MELO, 2011), por isso sua página online está vinculada ao site da Biblioteca Nacional, e é por meio desta página que o usuário tem acesso aos documentos que fazem parte da coleção da rede, além de outras informações relacionadas ao universo do projeto e um fórum que possibilita a interação dos usuários. Segundo os coordenadores do projeto, Fonseca e Martins (2007), “a concepção do site, preocupa-se em contemplar, além do público pesquisador especializado, um público leigo que normalmente não tem acesso ou possibilidade de conhecer esses conjuntos documentais”.

²² É uma plataforma semântica de vanguarda para publicação pessoal, com foco na estética, nos Padrões Web e na usabilidade. O WordPress é ao mesmo tempo um software livre e gratuito. Acesso ao portal do software pelo link: <http://br.wordpress.org/>.

Figura 2 – Acesso à RMVB pelo portal da BN Digital.



Fonte: [http:// bndigital.bn.br/](http://bndigital.bn.br/)

O projeto disponibiliza ao usuário, parte dos acervos de dezessete instituições parceiras, além da Biblioteca Nacional. Segundo Paulo Miguel em entrevista concedida, a BN funciona como gestora do projeto e se relaciona com as mais distintas instituições parceiras, essa é a estrutura organizacional da RMVB, não há um conselho nem equipes semelhantes. Apesar disso, a rede não se organiza em uma hierarquia rígida entre a BN e demais instituições, é uma rede corporativa onde cada instituição participa contribuindo da forma que deseja onde a BN é apenas uma coordenadora desse serviço.

Segundo Fonseca e Martins (2007), através da rede “essas instituições parceiras poderiam disponibilizar acervos digitais – por vezes reproduzidos e tratados pela própria Biblioteca Nacional – e utilizar a base de dados do projeto para oferecer informações sistematizadas sobre seus acervos.” De acordo com a definição de repositório presente no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (2008), o termo significa:

lugar físico ou digital onde objetos são armazenados por um período de tempo. Objetos individuais podem ser consultados caso sejam solicitados pelos usuários e quando atendam suas necessidades de informação. Conjunto ou base de dados com informações importantes.

Ou seja, a rede é uma base digital, um repositório que agrupa em um só lugar vários documentos advindos de diferentes instituições gerando assim maior facilidade para o acesso a essas informações. As instituições parceiras são: Jardim Botânico do Rio de Janeiro; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; Biblioteca do Ministério da Fazenda – RJ; Museu do Índio – RJ; Fundação Casa de Rui Barbosa – RJ; Fundação de Arte de Niterói – RJ; Superintendência Estadual de Bibliotecas Públicas – MG; Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves – PA; Fundação Cultural de Blumenau – SC; Observatório Nacional – RJ; Clube de Engenharia – RJ; Escola Politécnica/UFRJ; Fundação Joaquim Nabuco – PE; Fundação Cultural Curitiba – PR; Fundação Oscar Niemeyer – RJ; Museu Histórico Nacional – MHN; Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Figura 3 – Instituições Parceiras da RMVB.

The screenshot shows the website interface of the Rede de Memória Virtual Brasileira (RMVB). At the top, there is a navigation bar with links: Home (represented by a house icon), ARTIGOS, ENVIO DE ARTIGOS, FORUM, GALERIA DIGITAL, and ANTOLOGIA LITERÁRIA. Below the navigation bar, a breadcrumb trail reads "Home > Arquivo por categoria 'Parceiros'". The main content area is titled "Parceiros" and lists several partner institutions with their descriptions:

- Jardim Botânico do Rio de Janeiro**: Aclimatar as especiarias vindas das Índias Orientais: foi com este objetivo que, em 13 de junho de 1808, foi criado o Jardim de Aclimação por D. João, Príncipe Regente na época, e mais tarde d. João VI. Com a ameaça ...
- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**: Órgão da Prefeitura do Rio/Secretaria das Culturas, participa com texto sobre a Avenida Central, acompanhado de imagens da autoria de Augusto Malta, de fotografias das fachadas dos edifícios que foram erguidos na Avenida e que participaram do concurso de fachadas ...
- Biblioteca do Ministério da Fazenda – RJ**: Em fase de adesão. Cederá arquivos digitais de livros raros do século XIX, digitalizados pela própria instituição em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Museu do Índio – RJ**: Está preparando galerias de imagens relativas ao seu acervo. Cedeu texto relativo ao Serviço de Proteção ao Índio. Disponibilizará brevemente uma base de dados de objetos audiovisuais na área temática Povos Indígenas.
- Fundação Casa de Rui Barbosa – RJ**: Disponibilizará através de links minisites de exposições realizadas na instituição. Participará do desenvolvimento de temas ligados à literatura brasileira.
- Fundação de Arte de Niterói – RJ**: Vinculada à Secretaria Municipal de Cultura, a FAN disponibilizará parte de seu acervo fotográfico (estimado em cerca de 25.000 imagens sobre a cidade de Niterói), além de futuramente colaborar com textos e a disponibilização da base de dados de seu ...
- Superintendência Estadual de Bibliotecas Públicas – MG**: Cedeu acervos digitais do periódico "O Universal", em um total de quase 1.500 imagens. Esse acervo completa a coleção de periódicos da Fundação Biblioteca Nacional e fará parte do projeto Resgate da Memória Hemerográfica Brasileira.

Fonte: <http://redememória.bn.br>

Paulo Miguel afirma em entrevista que no início do projeto, era a equipe da RMVB que entrava em contato com possíveis instituições parceiras e ofereciam os serviços. Com a rede já no ar, as instituições passaram a procurar a equipe do projeto para participarem do consórcio. De acordo com as instruções disponíveis no próprio portal da rede, para uma instituição participar da RMVB basta “enviar carta dirigida à Fundação Biblioteca Nacional solicitando adesão à Rede da Memória Virtual Brasileira através de Acordo de Cooperação Técnica”. Devem constar em anexo a essa solicitação os seguintes documentos: Carta declarando o interesse em associar-se à Rede da Memória, em que conste ter ciência do conteúdo do modelo de convênio; Estatuto da Instituição; Nome completo, endereço e cópia do comprovante de inscrição no CGC da Instituição; Nome completo, e cópia da carteira de identidade e do CPF do responsável pela assinatura do Acordo; Cópia da designação do responsável pela assinatura do Acordo (nomeação ou similar); Telefone, e-mail e dados completos do responsável técnico pelo acompanhamento do Acordo na Instituição. Desta maneira, não há termos ou condições impostas às instituições que pretendem aderir à rede. Segundo Fonseca e Martins (2007), “cada instituição decide qual será sua participação; seja em relação à utilização da base de dados do projeto, a cessão de arquivos digitais ou textos e a escolha do material digital a ser utilizado se for esse o caso”. Logo, a Biblioteca Nacional exerce o papel de coordenadora desse grupo de instituições parceiras.

“De forma mais abrangente, o projeto oferece parceria a instituições produtoras de conhecimento, guarda de acervos históricos e culturais, bibliotecas, arquivos e museus, sejam elas ligadas a universidades ou não” (FONSECA e MARTINS, 2007). E além de todas as vantagens já citadas, por ser uma rede digital e que oferece conteúdos digitais, acaba por ser uma ferramenta de inclusão digital, ligando a população à informações importantes em meio digital e utilizando de tecnologia.

A coleção da Rede da Memória Virtual Brasileira conta com mais de 2.000 arquivos de imagem e cerca de 300 artigos inéditos escritos por historiadores e professores (MELO, 2011). Segundo Fonseca e Martins (2007), “os textos escritos pelos especialistas das áreas são revisados pela equipe do projeto, de forma a uniformizá-los com uma linguagem coloquial – sem perda de qualidade – que seja atrativa ao público não-especializado”.

Outro detalhe importante sobre o conteúdo da rede é o fato da BN utilizar, em sua maioria, informações sem direitos autorais vigentes, o que torna seu acervo formado em maior parte por informações de domínio público. Em casos especiais, Paulo Miguel comenta que há acordos feitos entre a BN e as instituições para a disponibilização de informações com direitos autorais ainda em vigência.

Desta maneira a rede agrupa diversas informações que se relacionam as distintas memórias coletivas brasileiras. Essas informações estão agrupadas pelos seguintes temas: **Administração:** Conselho Ultramarino e Casa dos Contos; **Alteridades:** Povos Indígenas e Imigração Chinesa; **Artes:** Arte Pictórica Rupestre; Barroco; Modernismo; Fotografia; Arquitetura; Gravura; Música Popular; Música Erudita; Teatro Brasileiro; Cinema Novo; **Ciências:** Viagens Científicas; Guia de Fontes; Observatório Nacional; **Costumes:** Missão Francesa no Brasil; Augusto Malta; Avenida Central; Folclore; Culinária; **Escravidão:** Escravidão Africana; **Imprensa:** Periódicos do Século XIX; **Literatura:** Literatura Colonial; Poesia Romântica; Ficção Romântica; Realismo; **Política:** Guerra do Paraguai; Revolta da Vacina; Conselho do Estado; Pernambuco Holandês; Independência do Brasil; Revoltas Sertanejas, 1736; **Religião:** Companhia de Jesus.

Figura 4 – Índice das categorias que agrupam o acervo da RMVB.



Fonte: <http://redememoria.bn.br>

E essas informações também podem ser acessadas através de links que os agrupam por tipo de documento, ao invés de agrupá-los por assunto. Os links que podem ser acessados são: Antologia Literária, Parceiros, Base de Dados, Cronologia, Galerias Digitais e Artigos.

Figura 5 – Antologias Literárias do acervo da RMVB.

Antologia Literária

Antologias literárias são coletâneas de textos ou obras escolhidas por sua relevância.

A Rede da Memória Virtual Brasileira abre este espaço para construir uma antologia da literatura brasileira. Nesse vasto e rico universo, começamos a disponibilizar obras de grandes nomes que já estão em domínio público, ou seja, tornaram-se "bens públicos" e não há mais o direito exclusivo de uma pessoa física ou jurídica sobre elas. Preferencialmente as obras serão apresentadas em formato PDF, modo texto, podendo ser gravadas para leitura *offline*.

Para encontrar os autores e as suas obras, você pode percorrer todo o acervo através dos índices alfabéticos, ou efetuar uma busca por palavra.

A Antologia literária da Rede da Memória é um projeto em construção, agradecemos a colaboração dos usuários com sugestão de textos e autores que possam enriquecer nosso conteúdo.

Títulos 

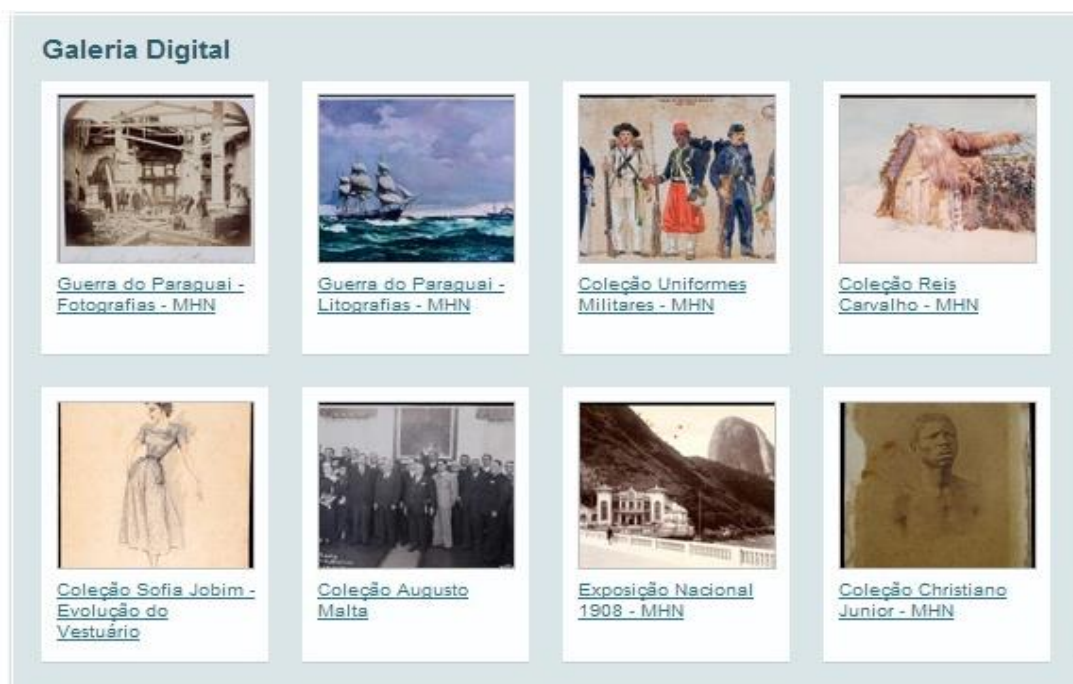
A - C **D - F** **G - H** **I - O** **P - R** **S - V** **X - Z**

Títulos de A a C

1. Contos gauchescos	19. A moreninha	37. Aos vinte anos	55. Como se fazia um deputado
2. A alma do Lázaro	20. A mortalha de Alzira	38. As casadas solteiras	56. Contos fluminenses
3. A alma encantadora das ruas	21. A normalista	39. As doutoras	57. Contos fora da moda
4. A campanha abolicionista	22. A nova Califórnia	40. As joias da coroa	58. Contos para velhos
5. A capital federal	23. A orgia dos duendes	41. As primaveras	59. Contrastes e confrontos
6. A carne	24. A pata da gazela	42. Auto representado na festa de São Lourenço	60. Crisálidas
7. A carta de Pero Vaz de Caminha	25. A pele do lobo	43. Aventuras de Diófanes	61. Crônica do viver baiano seicentista
8. A casadinha de Fresco	26. A poesia interminável	44. Bom-Crioulo	
	27. A porta da botica		

Fonte: <http://redememória.bn.br>

Figura 6 – Galeria digital da RMVB.



Fonte: <http://redememória.bn.br>

Figura 7 – Artigos que fazem parte do acervo da RMVB.



Fonte: <http://redememória.bn.br>

Além disso, de acordo com o site do Minc (2007), cerca de 10.500 usuários já acessaram o acervo da RMVB que inclui um extenso banco de imagens, além de um vasto arquivo sonoro – quase 2.500 trechos de peças de alguns dos nomes mais ilustres da nossa música erudita e popular, como por exemplo, Villa-Lobos, Carlos Gomes e Chiquinha Gonzaga.

Os documentos disponíveis nessa rede são informações relevantes para a memória coletiva da população brasileira e por isso é importante a disponibilização das mesmas na *Internet*, pois possibilita assim um acesso facilitado se utilizando das ferramentas tecnológicas já inseridas na organização da biblioteca, daí vem a vontade de memória da rede, a vontade de ter um espaço para manter conteúdos referentes a memória coletiva brasileira, além de ser também um local para as pessoas interagirem em grupo. Sendo assim, o portal também possui ferramentas que privam a interatividade com o usuário, como é o caso do fórum – espaço aberto para expressão e comunicação dos usuários –, a opção para enviar o link de um documento por e-mail, a alternativa que cada usuário possui de postar tal link em sua página pessoal no *Twitter*, o espaço para comentário abaixo de cada postagem de um documento, entre outros, tudo para que os usuários se comuniquem, percebam suas diferenças e semelhanças, para opinarem concordando ou discordando, enfim, para entrarem em contato uns com os outros e se relacionarem como grupo. Assim, segundo Melo (2011), “um dos objetivos da iniciativa é provocar a participação do usuário em uma espécie de fórum temático, onde o cadastrado pode por em debate questões de seu interesse”.

Figura 8 – Fórum da RMVB.



REDE MEMÓRIA
rede da memória virtual brasileira

Pesquisar »

Registrar ou fazer login - perdeu a senha?

Nome de usuário Senha

Login »

☐ Lembrar minha senha

Tags populares

bbPress teste

Discussões mais recentes

Tópico — Adicionar novo »	Posts	Último usuário a publicar	Tempo desde a publicação
Teste	3	RMVB	3 anos
Seu primeiro tópico	1	RMVB	3 anos

Fóruns

Tema principal	Tópicos	Posts
primeiro fórum	2	4

Fórum da Rede de Memória Virtual Brasileira é orgulhosamente desenvolvido com o bbPress.

Fonte: <http://redememória.bn.br>

Figura 9 – Links para redes sociais da RMVB.



Cultura
Ministério da Cultura

REDE MEMÓRIA
rede da memória virtual brasileira

→

ARTIGOS ENVIO DE ARTIGOS FORUM GALERIA DIGITAL ANTOLOGIA LITERÁRIA BASE DE DADOS

O PROJETO

O projeto Rede da Memória Virtual Brasileira, desenvolvido em parceria com a FINEP-MCT, pretende apoiar a disponibilização em meio eletrônico, dos acervos de bibliotecas participantes, inventariando e disseminando a memória brasileira armazenada nas diversas coleções espalhadas pelo país.

ARTIGOS

Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Haroldo Cavalcante de Lima Maria da Penha Ferreira O periódico Archivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi criado em 1915 pelo então diretor do Jardim Botânico, Antônio Pacheco Leão, com a finalidade principal de divulgar os estudos científicos ...

Fonte: <http://redememória.bn.br>

Apesar da ideia da Rede da Memória Virtual Brasileira e de seu funcionamento em prol da disseminação e da salvaguarda da memória simbolizando informações que são consideradas relevantes aos mais diversos grupos sociais do Brasil e apesar de todas as vantagens que ela traz à sociedade brasileira, a rede possui alguns aspectos negativos que a atrapalham em seu funcionamento e consequentemente no cumprimento de seus objetivos. Segundo Paulo Miguel em entrevista, a questão orçamentária da rede era o que mais impedia sua evolução, pois, como a verba destinada para a RMVB era insuficiente para suas necessidades, vários pontos importantes para o funcionamento da rede eram prejudicados. Dentre outras coisas, o baixo orçamento dificultava o acesso aos acervos que participariam da rede, bem como o investimento de recursos humanos indispensáveis para o funcionamento da RMVB. Além disso, Paulo Miguel afirma que o processo de digitalização origina um gasto enorme de orçamento, desde o maquinário utilizado para a digitalização, quanto a manutenção dessas informações já digitalizadas, e até mesmo a migração de mídias que ocorrem frequentemente são serviços dispendiosos.

Dado esse cenário, alguns problemas da rede foram percebidos ao longo deste estudo e discutidos em entrevista. De acordo com Paulo Miguel, talvez sejam estas deficiências orçamentárias da rede que ocasionam os problemas funcionais, como por exemplo, vários links da rede que não dão acesso às páginas, não funcionam. Paulo Miguel ainda comenta que, talvez por saberem destes problemas da rede, nem a BN e nem a própria equipe da RMVB fazem uma divulgação maior dos serviços prestados pela rede. Ele ainda afirma que em algum momento vão ter que dar uma atenção maior ao projeto e fazê-lo evoluir, caso contrário a rede perderá seu sentido e irá se tornar obsoleta.

Em se tratando do futuro da rede, Fonseca e Martins (2007) dizem que as previsões são de uma maior nacionalização do projeto através de parcerias com instituições representativas de cada estado brasileiro. Ainda segundo os coordenadores do projeto, a “Rede da Memória Virtual Brasileira servirá como base da criação do Repositório da Memória Digital Brasileira, uma demanda da sociedade a ser concretizada em um futuro próximo”. Portanto, por intermédio do portal da Rede da Memória Virtual Brasileira, os usuários poderão conhecer as expressões culturais das artes, música, literatura e história do país ou da sua região, tendo

acesso também à documentação, proveniente dos acervos das instituições parceiras (SANTOS, 2009).

Logo, fica clara a pretensão de criar uma rede nacional da memória, sendo a RMVB um dos primeiros e poucos esforços nesse sentido. Segundo o professor Paulo Miguel, as ambições para a RMVB eram de transformá-la em uma rede de memória bem maior no futuro, porém a equipe que trabalhava na rede percebeu que a realização dessa vontade seria complicada, dada todas as dificuldades da rede e pelo fato de algumas instituições ainda não saberem lidar com o universo digital. Na fala do professor, as instituições ainda tateiam muito em relação aos procedimentos e políticas adotados para lidar com a informação digital, não é algo fácil de se trabalhar e as pessoas ainda não estão acostumadas a esse novo formato das informações.

Porém é notória a importância de iniciativas como a da Rede da Memória Virtual Brasileira para a sociedade. Segundo Paulo Miguel, é importante que haja uma iniciativa nacional relacionada a esse tema e que essa iniciativa deva partir de uma instituição do serviço público que disponha de orçamento, recursos materiais e recursos humanos, pois esse tipo de serviço é obrigação dos órgãos nacionais, o serviço público é que deve trabalhar em prol da nação. Caso contrario, muitas instituições irão fazer o seu próprio repositório de memória e cada um irá gastar tempo e dinheiro, sendo que este mesmo trabalho em uma rede corporativa seria o ideal para agrupar as informações além de economizar recursos.

A RMVB hoje, mesmo que de uma forma mais discreta da proposta inicialmente, agrupa e torna acessíveis documentos que simbolizam memórias da sociedade brasileira que possibilitam que os brasileiros entrem em contato com essas informações se reconheçam a partir destes documentos e de toda carga simbólica que trazem. Sendo assim, a rede exerce o aspecto funcional de um *Lugar de Memória*, não sendo apenas um repositório digital para guardar informações, e sim operando com a finalidade de garantir a permanência e a transmissão de conteúdos que representam a identidade brasileira, a memória coletiva do Brasil (por mais plural que este seja), a fim de perpetuar para o futuro essas informações do passado que são tão importantes para a formação social do país disponibilizando-as virtualmente.

7.2.3 Aspecto material de um *Lugar de Memória*

A luz de Nora (1993), um *Lugar de Memória* é “material por seu conteúdo demográfico”, é onde a memória coletiva se atém, onde ela é ancorada e, dessa forma, pode ser alcançada por quem desejar. Um *Lugar de Memória* não necessariamente se materializa na forma física, há também *Lugares de Memória* que não são concretos neste sentido. Desta forma, pode haver espaços destinados à memória que não existem em um lugar geográfico, é o caso de certos hinos importantes para uma nação, uma data que simboliza algo em especial, processos verbais, entre outros. Assim,

a compreensão que constata-se aqui é a de “*Lugar de Memória*” como um lugar (não necessariamente, espaço geográfico), de referência e identificação para determinadas pessoas ou grupo. Um elo com um passado vivo na memória das pessoas, uma marca ou vestígio da história, que permite um sentimento de pertencimento e localização para os indivíduos. Estes elos tanto podem ser oriundos da gastronomia, de um museu, de uma música, um livro, uma data, uma festa, um lugar, propriamente dito, como tantos outros possíveis, sempre respeitando a pluralidade nacional, especialmente no caso do Brasil (LIMA, 2010).

Segundo Mombelli e Tomaim (2012), os *Lugares de Memória* não são apenas aqueles construídos, como o são as edificações e monumentos, são também simbólicos. Como já destacamos, “Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é *Lugar de Memória* se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (NORA, 1993). Portanto, a materialização é exigida para que o trabalho simbólico dos *Lugares de Memória* aconteça. Desta forma esses espaços funcionam como meios auxiliares no prolongamento e na transmissão das memórias que necessitam ser lembradas. A memória necessita ser materializada, seja por meio de um registro na forma de algum documento, seja por meio de um ritual ou construído fisicamente, isso porque “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993). São os *Lugares de Memória* que propiciam essa materialização, funcionando como uma espécie de âncora da memória, para que esta possa ser recuperada e estimulada. “A memória precisa ser transformada em algo tangível, palpável, traduzida em uma materialidade capaz de se opor a sua essência dicotômica que transita entre a lembrança e o esquecimento (MOMBELLI e TOMAIM, 2012).” Segundo Halbwachs (1990):

o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca

Segundo Halbwachs *apud* Nogueira (2012), “apesar de a memória ser processada internamente, esta necessita de um espaço físico para ser ativada e estimulada, pois a mesma não se projeta no vazio”. Constatados estes pontos, cabe-nos analisar como essa materialidade acontece no âmbito das bibliotecas da atualidade com o uso das tecnologias, mantendo o foco na Rede da Memória Virtual Brasileira para essa finalidade.

Para entendermos como a memória e os *Lugares de Memória* se encaixam no contexto atual, é necessária uma volta ao passado para analisarmos os diferentes momentos da memória ao longo do tempo. Para isso será utilizada como base a divisão construída por Le Goff (1990) a respeito das diferentes fases da memória.

A primeira fase abrange a memória transmitida de maneira oral, no tempo onde não se existia a escrita e onde a memória era transmitida pelo trabalho dos *Homens de Memória*. Segundo Barreto (2007), nesta época “a memória era transmitida pelo aprendizado, mas não era uma memorização de palavra por palavra, um produto de rememoração exata, mas uma evocação inexata”. O que é importante era a transmissão de conhecimentos.

Em seguida, após o aparecimento da escrita, surge a segunda fase da memória, na qual coexistem memória oral e memória escrita, momento marcado pelo aparecimento do *Mnemon*, homens que funcionavam como “memórias vivas”, utilizados pelas cidades como magistrado, que se encarregavam de preservar em sua memória o que era útil em matéria religiosa (nomeadamente para o calendário) e jurídica, e com o advento da escrita, estes *Mnemons* transformaram-se em um profissional semelhante aos arquivistas hoje (LE GOFF, 1990).

Após esse momento, segue a terceira fase da memória, marcada pelo equilíbrio entre a memória escrita e a oral. A escrita ganha força e até preocupa alguns intelectuais da época, como o filósofo Platão, que pensavam que a escrita debilitaria a memória. Isso, segundo Platão *apud* Barreto (2007) aconteceria “pois o indivíduo deixaria de exercitá-la por confiar nos registros da escrita. O homem

conspurcaria a dádiva de Mnemosine²³, a musa que nos permite guardar as impressões na alma”.

A quarta fase acontece na Idade Média, quando a escrita tomou conta da memória e se torna um fator importante para reunir o conhecimento da época, assim, o que era escrito era lembrado. Desta maneira, esta fase foi um importante subsídio para o desenvolvimento da próxima fase e conseqüentemente para o surgimento do cenário atual.

A quinta e última fase é conhecida pela expansão da memória, foi neste momento que:

Os estoques de memória se expandiam e para se fazerem sentidos precisavam ser refeitos incessantemente, com ajuda de elos vivos e pela tarefa da mediação, para a circulação do conhecimento. Este papel ficou a cargo das instituições de memória que com seus instrumentos, variados modos de difusão: textos, imagens, sons, etc., traçam signos e abrem vias para a passagem do conhecimento, organizando sua materialidade. (BARRETO, 2007).

Sendo assim, ao longo de todas essas mudanças, os suportes onde as memórias são registradas também foram se modificando. Le Goff (1990) divide a evolução desses suportes em outros cinco períodos: “o da transmissão oral, o da transmissão escrita com tábuas ou índices, o das fichas simples, o da mecanografia e o da seriação eletrônica”. Para o presente trabalho, o que importa é a última fase, da seriação eletrônica, momento que se iniciou o desenvolvimento tecnológico e que culminou no momento atual da Sociedade da Informação com os suportes digitais para apoiar as memórias.

São notáveis as evoluções que vem acontecendo tanto no campo das tecnologias, principalmente as relacionadas à informação e comunicação, quanto na sociedade ao longo dos últimos anos. Tanto o desenvolvimento social quanto o tecnológico são fatores condicionantes para que um ou outro aconteça, ou seja, são conectados, porém não são dependentes um do outro (ALMEIDA *apud* GARCIA e BARBOSA, 2011). Deste modo, uma nova maneira de viver tomou conta das pessoas, já que novos produtos e serviços foram desenvolvidos a partir da *Internet* e de outras tecnologias advindas dela, mudando o modo com que atuamos em sociedade e dando origem a Sociedade da Informação e do Conhecimento.

²³ Da Mitologia grega, é filha da Terra (Gaia) e do Céu (Urano). Ela é a deusa da memória e foi durante muito tempo a única a ser considerada capaz de controlar o tempo (HACQUARD, 1996).

De acordo com o livro verde²⁴ (2000), viver na Sociedade da Informação é viver “uma nova era em que a informação flui a velocidades e em quantidades há apenas poucos anos inimagináveis, assumindo valores sociais e econômicos fundamentais”. A Sociedade da Informação nada mais é que o resultado da convergência de uma base tecnológica que permitiu a digitalização de informações alterando, assim, as formas de comunicação e consequentemente a dinâmica da indústria e a própria *Internet* (TAKAHASHI, 2000). Segundo Silva (2007) “a sociedade da informação é aquela onde se faz uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) para fazer a troca de informação digital entre indivíduos e assegurar a comunicação entre estes.” Tendo este pano de fundo para a sociedade atual, as unidades de informação buscam desenvolver a sua atitude unilateral de guardiões da memória, já que, tanto as bibliotecas como os museus e os arquivos, são espaços que prestam serviço a toda sociedade independente de interesses particulares (BEZERRA e OLIVEIRA, 2013). Neste processo torna-se fundamental encontrar maneiras que deem mais visibilidade a essas instituições-memória, para que a população se reconheça e participe da memória coletiva registrada e conservada nestes espaços, e para que tenham interesse em utilizar e manter os produtos e serviços que essas instituições nos oferecem. Hoje são utilizadas as tecnologias que disseminam e apresentam à sociedade o poder informacional de tais lugares, tornando-os cada vez mais palpáveis à coletividade, já que quando não temos conhecimento sobre o valor de determinado bem ignoramos e deixamos de valorar a sua existência (BEZERRA e OLIVEIRA, 2013).

De acordo com Barreto (2007), “com o estabelecimento da sociedade da informação é possível perceber significativas alterações nos sentidos da memória e na sua constituição, oriundos de profundas mudanças nas práticas sociais.” Assim, o contexto da Sociedade da Informação acabou por influenciar também o campo da memória à medida que cria novas possibilidades para ancorar e transmitir-las à sua respectiva coletividade. Segundo as ideias de Bezerra e Oliveira (2013),

[...] percebe-se que a memória se apresenta como uma questão fundamental na sociedade da informação, uma vez que deixa de ser compreendida de forma genérica para ser vivenciada como inerente

24 O livro indica várias ações que auxiliariam o desenvolvimento da Sociedade da Informação no Brasil. Aborda os desafios que tanto o Governo quanto a sociedade deve enfrentar para concretizar suas metas em relação à esse novo contexto das sociedades. E-book disponível através do link: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18878.html>.

a manutenção da coletividade, e para a identificação individual dos sujeitos. Neste contexto, destacam-se os espaços representativos de informação que comumente são denominados de “*Lugar de Memória*”.

Com esse novo cenário tecnológico, emerge uma nova maneira de salvaguardar a memória através da digitalização, já que “os suportes de informação que corroboram com a cristalização da memória são constituídos, na maioria dos casos, em materiais perecíveis, ou seja, produtos orgânicos, a exemplo dos documentos em papel” (BEZERRA e OLIVEIRA, 2013). Os documentos impressos acabam sendo naturalmente afetados pelos agentes físicos, químicos e biológicos, se deteriorando com o passar do tempo. E se caso esse tipo de material não for preservado, serão dados como inutilizáveis em algum momento e serão por fim descartados.

É nesse ponto que chegamos à digitalização como meio de preservação de uma memória. Por mais que ainda haja problemas relativos a esse tipo de salvaguarda, a digitalização é uma alternativa muito procurada nos dias atuais, pois, apesar de não resolver totalmente o problema de preservação, é uma forma para se fazer isso. “Sem dúvida, a preservação digital é uma grande aliada neste contexto contemporâneo de imersão tecnológica, entretanto, deve ser combinada dentro de um plano de ações que envolva as técnicas de conservação e restauro para a manutenção dos suportes originais” (BEZERRA e OLIVEIRA, 2013).

Portanto, com todas essas mudanças sociais, se fez necessário que as bibliotecas acompanhassem essa evolução e que também desenvolvessem seus serviços e produtos para continuar cumprindo suas finalidades estando de acordo com a sociedade atual. As novas tecnologias desenvolvidas a partir da *Internet* são elementos fundamentais para a produção e disseminação de informação como ela se dá no cenário atual. Isso ocorre porque através dessa rede mundial, o acesso a fontes de informação se tornou mais simples e rápido, ocasionando maior disponibilidade e produção de conhecimento (GARCIA e BARBOSA, 2011).

Atualmente, segundo Rosa (2008), “instala-se um processo de comunicação que pretende atingir cada vez mais pessoas por meio de uma rede de relações horizontais, própria dos sistemas capitalistas globalizados e da lógica da rede que rege a sociedade de controle”. Segundo Garcia e Barbosa (2011), “a rede emerge como um campo de sociabilidade, estocamento, troca de informações e ideias, e espaço para leitura.” Nessa direção, Garcia e Barbosa (2011) afirmam que:

Com a criação da rede, e a migração dos espaços de interação, verifica-se uma mudança nas relações sociais, no sentido de que a rede por ser um espaço livre de comunicação, e aproximar grupos de interesses comuns, possibilita uma criação de identidade por parte de seus usuários.

Portanto, a *Internet* nada mais é do que um espelho da própria sociedade, onde as relações são mantidas normalmente só que de maneira virtual. Essa relação vale também para as bibliotecas, já que as mesmas são parte integrante de uma sociedade e que quando representadas na *Internet* exercem seu papel da mesma maneira, apesar das individualidades trazidas pelo ambiente virtual.

De acordo com Baptista e Brandt (2006):

Do erudito, da preocupação com a ordem passa-se para a preocupação com o desenvolvimento de tecnologia para dar suporte à ordem/organização e recuperação e disseminação de informação: metadados, ontologias, catálogos online, digitalização de acervo e outras áreas de estudo dessa era.

Desta forma percebemos que antigamente o bibliotecário não possuía a função de disseminador da informação, era mais um guardião. Porém, de acordo com as mudanças que ocorreram na forma de funcionar das bibliotecas, principalmente as mudanças propiciadas pelas tecnologias, o bibliotecário é tido hoje como um verdadeiro mediador da informação. Então o bibliotecário deve incorporar a seu eruditismo clássico a evolução tecnológica, se tornando assim um profissional mais completo e compatível com a sociedade atual, sendo capaz de lidar com as novas necessidades informacionais da sociedade. Evoluir desta maneira não é tarefa fácil, uma vez que “consolidar a relação centro de informação e sociedade é um dos grandes desafios para os profissionais de informação do século XXI” (BEZERRA e OLIVEIRA, 2013).

Os profissionais da informação demonstram a importância social das Instituições informacionais e o quanto a coletividade precisa destes espaços através de produtos e serviços que prestam à comunidade. E serviços como a salvaguarda e o acesso a conteúdos relativos a memórias coletiva são um exemplo de atividades exercidas em uma Unidade de Informação que se faz necessário a um grupo. É fundamental que as bibliotecas continuem acompanhando o desenvolvimento da sociedade, e que no contexto evolutivo dessa sociedade, os profissionais que realizam atividades de mediação devam acompanhar todas as formas de

transformação tecnológica, pois são advindas de uma demanda social (BAPTISTA e BRANDT, 2006).

Contudo, após o advento da *Internet*, “o que antes era guardado e conservado como parte de uma história, como um suporte de memória, cede rapidamente lugar ao esquecimento. A velocidade e a multiplicação quase infinita das imagens tende a banalizá-las cada vez mais (ALMEIDA, 2005).” Neste sentido,

o impacto das inovações na sociedade da informação indica que afirmações sobre o fim dos suportes de leitura, e lugares da memória (Bibliotecas, arquivos e museus) devido a tais mudanças são correntes, o que conforme apresenta o autor: marcaria uma inevitável passagem de uma cultura letrada para uma cultura que repousaria na comunicação audiovisual, cujo suporte seria as redes eletrônicas” (ALMEIDA *apud* GARCIA e BARBOSA, 2011).

Atualmente as bibliotecas contam com recursos tecnológicos, o que possibilita que os bibliotecários tenham mais contato com os usuários virtualmente e também propicia que os usuários interajam mais com a biblioteca, fazendo parte da organização. Assim sendo, a biblioteca pode também criar novos produtos e serviços para disponibilizar um maior número de informações que podem ser acessadas por uma quantidade maior de usuários simultaneamente de maneira mais rápida e de qualquer lugar do mundo, seja através de uma biblioteca digital, por um repositório digital, por um catálogo online, entre vários outros serviços.

À luz de Garcia e Sousa (2011), “o homem, no decorrer da História, sentiu a necessidade de registrar os acontecimentos a sua volta e desenvolveu recursos para armazená-los, com o intuito de fazer a memória dos eventos sobreviver ao longo do tempo”. De acordo com Monteiro, Carelli e Pickler (2008) “desde sua concepção, os museus, as bibliotecas e os arquivos foram considerados como lugares da memória da humanidade, pelo qual, a perspectiva da memória é vista como preservação”. Portanto, essas unidades de informação surgiram também para serem espaços para a guarda e preservação de documentos relevantes à memória. Logo, se a premissa de que as bibliotecas acompanham as mudanças que ocorrem na sociedade e também no âmbito tecnológico se adicionar a premissa de que as bibliotecas são *Lugares de Memória*, a função de preservação da memória por parte da biblioteca acaba por sofrer mudanças também.

Percebe-se que a partir desse novo suporte para os documentos de memória e conseqüentemente o uso da preservação digital para salvaguarda dos mesmos, se faz necessário que cada entidade produtora e acumuladora de informações em meio

eletrônico possua normas, estratégias e tecnologia para a preservação digital, cabendo à comunidade internacional estabelecer padrões universais para que cada país possa implementá-los através de suas instituições competentes. (DORNELES, 2010). Ao final de tudo, compreendemos que essas tecnologias e seus avanços consequentes acabaram por contribuir principalmente no âmbito dos processos de comunicação. E como diz Barreto (2007), essas tecnologias acabaram:

[...] acelerando o fluxo das informações, possibilitando-lhes a simultaneidade. No entanto, por ser uma sociedade que rompe com a continuidade dos vínculos de espaço e tempo modifica, radicalmente, a configuração social. Ianni (1997) trata isto como deslocamentos e Giddens (apud KEMP, 2003) como desencaixes.

O que nos leva a um novo contexto chamado ciberespaço, onde o tempo e o espaço ocorrem de maneira diferente do real. E é o ambiente virtual que faz com que isso seja possível.

O Ciberespaço nada mais é que o ambiente virtual da rede, ele é a própria *Internet*. De acordo com as ideias de Santos *apud* Rosa (2008), a *Internet* acontece como espaço cibernético mais utilizado do mundo, ela se refere às redes, à realidade virtual e às comunicações eletrônicas, e assim remete à lógica de uma nova sociedade. Essa nova realidade proporcionada pelo Ciberespaço gera participação e interatividade entre os usuários e cria novas tendências relativas ao modo das pessoas se relacionarem entre si e com as milhares de informações disponíveis em rede, seja pela digitalização, pela realidade virtual, pelas redes sociais, entre outros. Sendo assim, podem existir “objetos digitalizados que habitam tanto o mundo concreto como o mundo virtual, mas o mundo virtual é habitado apenas por objetos digitais (DODEBEI, 2011)”, o que nos pressupõe uma desmaterialidade dos documentos situados em ambiente virtual no momento em que passam pelo processo de digitalização. Essa digitalização nos permite a formação de acervos virtuais, ou seja, ela “oferece à humanidade a oportunidade de mapear conceitos materiais e imateriais e de transferi-los para o espaço virtual onde a memória do mundo é construída já como uma coleção delimitada” (DODEBEI, 2011). De acordo com Lévy *apud* Rosa (2008),

O ciberespaço não é um sistema desordenado, mas exprime a diversidade dos indivíduos. Ele oferece condições de uma comunicação direta, interativa e coletiva. A cada instante que passa, novos indivíduos assinam a *Internet*, novos computadores se interconectam, novas informações são lançadas na rede, e assim por diante. Com isso o ciberespaço se expande e permanece mais

universal, ao passo que o mundo informacional se torna menos totalizável [...].

Segundo as ideias de Barreto (2007), quando o indivíduo faz uso do ambiente virtual, ele está “ao mesmo tempo, em todo lugar da Rede, ele transpõe as barreiras do tempo e do espaço, formando um ciberespaço que amplia sua capacidade de transmissão”. Esse cenário é uma característica do novo modo das pessoas se relacionarem, diferente da maneira que nos relacionamos no mundo real, onde tempo e espaço possuem dimensões diferentes do virtual. Portanto, “os indivíduos narram dos mais diferentes lugares onde quer que estejam e acessam essas mesmas informações remotamente. O que abastece é o mesmo que localiza e reabastece” (CUNHA, 2011). Isto é, há uma interação entre os usuários, e é essa interação que mantém tudo no presente, tornando as informações acessíveis e transmissíveis. “O acesso crescente à *Internet*, de qualquer lugar, proporciona que os sujeitos usufruam dessa memória portátil ou mesmo possam consultar as narrativas de outros sujeitos” (CUNHA, 2011). Desta forma podemos entrar em contato com diferentes informações pertencentes a diferentes contextos e falar com diferentes pessoas entrando em contato com diversas narrativas sem sair do lugar, e todo esse processo acontece em tempo real, quase que instantaneamente.

É perceptível a influência da *Internet* na sociedade, ela derrubou as barreiras geográficas, já que dentro do seu ambiente não há delimitações deste tipo, e ela proporciona a desterritorialização, diminuindo assim as distâncias que haviam entre as pessoas pelo mundo todo. A *Internet* é, portanto um não-lugar. Segundo Abreu (2005), um não-lugar é “um espaço que não possa definir-se como identitário, nem como relacional, nem como histórico”, ou seja, por não terem relação com uma identidade ou uma memória específica, não podem ser considerados *Lugar de Memória*, dada a sua universalidade e pluralidade. Apesar disso, por mais universal que seja, a *Internet* é mais do que um simples instrumento de comunicação, ela é um “protocolo comum a todos os computadores e susceptível de se utilizar indiferentemente de inúmeras redes” (SANTOS, 2005), o que segundo Santos *apud* Rosa (2008), cria um cenário mais flexível e descentralizado apesar de não ser menos potente em termos de controle e poder.

Entendemos então que a evolução das tecnologias e suportes da escrita possuem relação direta com a evolução da natureza das memórias e de como estas são preservadas e se mantêm vivas. No início a memória humana era a única mídia

e a transmissão da mesma se dava pela tradição oral, transmissão direta de uma memória humana para outra. “Com o desenvolvimento da escrita a memória passou a ser registrada em suportes materiais, e hoje esse papel é desempenhado em larga escala pela gravação digital eletrônica” (CUNHA, 2011), ou seja, através da digitalização em ambiente virtual. Esse processo dá origem à memória virtual que está presente no ciberespaço e que “retoma outros signos e linguagens, provoca a ruptura do texto linear, e cria novas formas simbólicas” (MONTEIRO, CARELLI E PICKLER, 2008). “Nota-se que o ciberespaço tem mudado a natureza da memória, não apenas em seu aspecto de grau, ou seja, da grande quantidade de informação e conhecimento, mas sobretudo, em sua essência” (MONTEIRO, CARELLI E PICKLER, 2008). Com isso percebemos a importância de estudos sobre a memória no ciberespaço.

Nesse sentido, Lévy (1993) considera as tecnologias da informação e comunicação como extensões da nossa memória, porque são técnicas de auxílio à imaginação, ao raciocínio e à comunicação. Com efeito, elas são memórias artificiais (MONTEIRO, CARELLI E PICKLER, 2008).

O que podemos concluir de todo esse cenário é que toda a sociedade está passando por um processo de virtualização, o que pressupõe novas formas de interação através da *Internet*, meio pelo qual se dá toda essa realidade virtual. Inclusive os *Lugares de Memória* também se virtualizam, o que os possibilitou de serem acessados pelos indivíduos “diretamente preocupados em tê-los disponíveis, por servirem como elemento fortalecedor de seus laços e identidade, como também por qualquer outro grupo ou indivíduo que de alguma maneira possa se interessar por seu conteúdo” (RIOS, 2007).

No ciberespaço, as representações dos *Lugares de Memória* continuam sendo ambientes para a celebração, para a lembrança e para a transmissão de memória, a fim de manter o passado considerado importante para a identidade dos grupos e para as gerações seguintes destes grupos. O fato é que, por estarem em um ambiente virtual que se difere do real, possuem características únicas advindas do ciberespaço e que com isso não podem ser considerados um *Lugar de Memória* tal como Nora sugere. Isso porque o virtual, como já discutido no capítulo anterior, “vem do latim *virtualis*, derivado por sua vez de *virtus*, força, potência” (LÉVY, 1998). Desta forma a RMVB opera em potência acontecendo de maneira fluida e aberta a

diferentes possíveis interpretações e possibilidades. Isso porque o virtual é atual e dinâmico, ou seja, ele é aberto e propício a atualizações a todo o momento.

O virtual acaba por originar novas realidades. Logo, a virtualidade é um novo meio de manter, salvaguardar, tornar acessível e disseminar a memória, diferente dos tradicionais *Lugares de Memória*. Esses ambientes virtuais caracterizam-se como não-lugares por não remeterem a uma identidade específica dada sua pluralidade e a falta de localização geográfica específica, ou seja, se situam em tempo e espaço não definido por encontrarem-se no Ciberespaço. “Embora haja um endereço eletrônico na Web, ele será um mero caminho transitório de posição indefinida e múltipla. Estará lá, em qualquer lugar ciberespacial de onde for requisitado” (GODOY, 2002).

A ameaça do desaparecimento e do esquecimento das memórias cria a necessidade de materializá-las, de ancorá-las, para comprovar o passado (MOMBELLI e TOMAIM, 2012), é por isso que toda memória pressupõe registro. É necessário guardá-las em diferentes tipos de suporte, sejam livros, áudio, vídeo, fotografias, catálogos, CDs, DVDs, documentários, entre outros, deixando assim as experiências, os saberes e os sentimentos que são importantes para uma determinada comunidade, num determinado tempo materializadas (ESCOBAR, 2010).

Hoje, cada vez mais, essas informações estão “cada vez menos ligados ao objeto físico que a contém” (LEVACOV, 1997), o problema é que “ainda não se consolidou um modelo de sociedade informatizada capaz de assegurar a proteção dos conteúdos informacionais digitais” (BARRETO, 2007), o que torna necessário um maior desenvolvimento para concretizar esse novo suporte visando à salvaguarda e a disseminação da memória.

Ao analisar como o aspecto material se dá no contexto atual, reflexões a cerca dos suportes de memória foram levantadas, haja visto que, com o advento das TICs a digitalização se tornou um meio de registrar e salvaguardar certos documentos que, disponibilizados na *Internet*, se fazem meio de transmitir essa memória. O conteúdo da rede, assim como um *Lugar de Memória*, contribui “para eternizar o passado e manter vivos, rememorados, os traços das nossas origens” (MOMBELLI e TOMAIM, 2012).

Em um momento, no qual a aceleração da história causa um culto à memória, que por sua vez faz com que a sociedade produza muitos registros para brevar o

esquecimento causado por essa acelerada maneira de viver da sociedade contemporânea, nada mais natural que o resguardo da memória também sofresse modificações e se inserisse no meio virtual. Sendo assim, o registro digital de importantes acontecimentos e tradições referentes ao país e, principalmente ao povo brasileiro, tem ganhado cada vez mais um espaço para acontecer. Entretanto, por ser virtual, a materialidade da rede acontece de maneira distinta dos *Lugares de memória* tradicionais.

O conteúdo informacional da rede é formado a partir da digitalização de documentos originais, documentos esses que são materiais em seu registro, porém, não são fixados em um lugar específico da rede apesar de estarem salvaguardados na base de dados da Biblioteca Nacional. Os documentos da RMVB existem e estão registrados digitalmente, mas o fato de existirem dessa maneira não significa que eles ancorem uma memória da mesma forma que os *Lugares de memória* tradicionais. A materialidade dessas memórias que a rede mantém através das representações digitais se faz presente principalmente nos documentos originais que são utilizados na digitalização para a origem dos documentos digitais, o que não exclui nem confirma a materialidade da RMVB.

Em entrevista concedida para esta pesquisa, Paulo Miguel Fonseca, que foi um dos coordenadores da RMVB, afirma que o virtual presente no nome da rede foi dado pelo fato de acontecer no ambiente virtual. Segundo Paulo Miguel, os termos que compõem o nome da rede não foram pensados teoricamente. Os integrantes da equipe queriam que o termo Memória estivesse presente no nome, uma vez que eles entendiam que a RMVB possuía o caráter da memória de uma significação em cima daquele acervo, e que este mesmo acervo está sempre em construção. Dada essa constante transformação do conteúdo da rede, a equipe não queria que o projeto fosse relacionado com o termo História, já que ela não trata de um acervo selecionado da mesma maneira que um conteúdo histórico era (como discutido na seção anterior deste trabalho). A história é selecionada e estática, e o conteúdo da rede, diferente de um conteúdo histórico, está em constante transformação, o que dissocia a rede do termo História. Além disso, a equipe ainda queria relacionar esta rede corporativa ao virtual pela própria rede ser um repositório de acervos digitais, por estar na *internet*. Assim, o nome Rede da Memória Virtual Brasileira foi designada para representar tal rede corporativa.

Sendo assim, a rede seria então, um meio que proporciona à sociedade o acesso às representações digitais de documentos originais que se relacionam com a memória dos mais diversos grupos brasileiros por intermédio do ciberespaço, da *Internet*, da digitalização, das tecnologias. Vendo pela perspectiva analisada, a rede acaba por não se encaixar no aspecto material tal como Nora propõe para um *Lugar de Memória*, mas se encaixa nesse novo meio de acontecer a materialidade e nessa nova possibilidade de manter e transmitir memória que se dá na sociedade atual através do uso da rede. Meio que, segundo Lévy (1998), será em breve a maioria das representações no planeta, o que não exclui a existência dos *Lugares de Memória* tradicionais, uma vez que os mesmos mantêm características intransmissíveis para as representações retidas no ciberespaço.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo verificou a possibilidade de classificar a Rede da Memória Virtual Brasileira como um *Lugar de Memória* da mesma maneira que as Bibliotecas Nacionais podem assim ser consideradas. O interesse por essa temática surgiu com o objetivo de contribuir para a discussão sobre o papel das bibliotecas na salvaguarda da memória, além de buscar compreender como essa função acontece hoje em meio a novas tecnologias. O estudo analisou ainda a digitalização de informações consideradas relevantes para a identidade da sociedade brasileira e pela inserção das mesmas em repositórios digitais, tal como a Rede da Memória Virtual Brasileira.

Para tanto, utilizou-se uma abordagem qualitativa de caráter descritivo e exploratório que buscou averiguar se de fato a mesma possui as três dimensões fundamentais (simbólica, material e funcional) e demais características necessárias para ser um *Lugar de Memória* como o historiador Pierre Nora sugere.

Não é de hoje que as bibliotecas vêm evoluindo junto com a sociedade, sempre que os suportes de informação ou as necessidades dos usuários mudam, as bibliotecas buscam se adaptar para cumprir seu papel. E esse desenvolvimento não seria diferente no cenário atual. Hoje, com o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação e principalmente com a *internet*, é imprescindível que as bibliotecas também acoplem essas novas tecnologias cada vez mais em seus produtos e serviços para melhor atender as necessidades de seus usuários.

Assim percebemos a trajetória da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em função desse desenvolvimento tecnológico para estar compatível com a sociedade atual que funciona em meio às tecnologias. Essas mudanças levaram a biblioteca a criar novos produtos e serviços como a Rede da Memória Virtual Brasileira para disponibilizar um maior número de informações que podem ser acessadas por um quantitativo maior de usuários simultaneamente, de uma maneira mais rápida e a partir de qualquer lugar do mundo.

Esta inflexão da Biblioteca Nacional a partir da criação da Rede da Memória Virtual Brasileira demonstra o desenvolvimento que a instituição vem passando. Um desenvolvimento que a cada dia se fixa como inevitável e nos faz pensar o que muda com os serviços de cunho virtual que a biblioteca oferece. A ideia do trabalho foi averiguar se a função de *Lugar de Memória*, também destinada às bibliotecas, é

retomada pela Rede da Memória Virtual Brasileira ou se essa rede virtual recria essa função por se situar no Ciberespaço e acontecer de maneira diferente aos *Lugares de Memória* tradicionais.

A partir do referencial teórico aportado pelo historiador Pierre Nora e demais estudos sobre os *Lugares de Memória*, juntamente com entrevistas e pesquisas relacionadas ao estudo de caso sobre a RMVB, analisou-se o fato da mesma poder ser considerada um *Lugar de Memória* considerando a tripla dimensão que a mesma deve possuir, sendo simbólica, funcional e material.

Analisando o aspecto simbólico percebemos que ele é o mesmo tanto no ambiente tradicional quanto no ambiente virtual, ou seja, a dimensão simbólica da rede não é alterada por ela estar no meio virtual. A biblioteca hoje é um sistema peculiar e simbólico que atua como intermediário entre seus usuários e o mundo, através do conhecimento disposto nos mais variados suportes. Com isso percebe-se que a Rede da Memória Virtual Brasileira segue os padrões de um *Lugar de Memória* quanto à sua simbologia, já que a RMVB simboliza tal como uma biblioteca tradicional, a densidade do conhecimento, ou seja, ela é uma instituição que condensa informações selecionadas. Além disso, a rede apresenta documentos que estão ligados à memória brasileira e os torna acessíveis para que as pessoas possam entrar em contato com esse conteúdo através do ritual de visitação. Sendo assim, essa série de conteúdos mnemônicos referentes a textos, imagens e sons relacionados à memória e à cultura brasileira que a rede oferece, está ligada diretamente a diferentes grupos sociais que formam a população brasileira. Por isso a RMVB é considerada um repositório de documentos que simbolizam memórias coletivas e que remetem a pluralidade de identidades do povo brasileiro. De tal modo, a rede se torna um meio de disponibilizar esse conteúdo e torná-lo acessível aos usuários, ao mesmo tempo em que salvaguarda essa memória digitalmente. Desta maneira a Rede opera em prol da coletividade representando a densidade do conhecimento através de seu conteúdo digital, portanto possui o aspecto simbólico necessário a um *Lugar de Memória*.

Em seguida foi analisada a funcionalidade da rede, ou seja, como ela opera para ser um espaço que remete à memórias coletivas. A rede agrupa e torna acessíveis documentos que simbolizam memórias da sociedade brasileira e que possibilitam que os brasileiros entrem em contato com essas informações e se reconheçam como um grupo a partir destes documentos e de toda carga simbólica

que trazem. Sendo assim, a rede exerce o aspecto funcional de um *Lugar de Memória*, não sendo apenas um repositório para a guarda dessas informações, e sim operando com a finalidade de garantir a permanência e a transmissão de conteúdos que representam a identidade brasileira, a fim de perpetuar para o futuro essas informações que são tão importantes para a formação social do país disponibilizando-as virtualmente.

E por fim, ao analisarmos o aspecto material da rede, concluímos que o acervo da rede é formado a partir da digitalização de documentos originais, documentos esses que são materiais em seu registro, porém, não são fixados em um lugar específico da rede apesar de estarem salvaguardados na base de dados da Biblioteca Nacional. Os documentos da RMVB existem e estão registrados digitalmente, mas o fato de existirem dessa maneira não significa que eles ancorem uma memória da mesma forma que os *Lugares de memória* tradicionais. A materialidade dessas memórias que a rede mantém através das representações digitais se faz presente principalmente nos documentos originais que são utilizados na digitalização para a origem dos documentos digitais, o que não exclui nem confirma a materialidade da RMVB. Entretanto, por ser virtual, a materialidade da rede acontece de maneira distinta dos *Lugares de memória* tradicionais.

A rede funciona como um meio, um instrumento para agrupar e conceder o acesso a representações digitais de documentos que representam memórias consideradas importantes para os mais diversos grupos brasileiros em sua pluralidade identitária. A rede é, portanto um não-lugar, pois, acontecendo dentro do ciberespaço, não é possível definir seu ambiente como sendo identitário, nem como relacional, nem como histórico, ou seja, por não ter relação com uma identidade ou uma memória específica, a RMVB se dá de maneira distinta dos tradicionais *Lugares de Memória* abordados anteriormente por Pierre Nora em um contexto de outrora. Logo, a maneira que a materialidade da rede se dá por estar no ambiente virtual, acaba redimensionando a função de *Lugar de Memória* no contexto atual.

O fato é que a rede se adequa nesse novo meio de manter e transmitir memória que se dá na sociedade atual através do uso da rede. Meio que, observamos estar em crescimento e evolução contínua podendo ser a maioria das representações no futuro. O que também não exclui a existência dos *Lugares de Memória* tradicionais, uma vez que os mesmos mantêm características intransmissíveis para as representações retidas no ciberespaço. Desta maneira o

presente trabalho buscou colaborar para a reflexão a cerca das bibliotecas como sendo portadoras de uma parcela selecionada da memória coletiva de uma sociedade e também contribuir para os estudos na área da memória em relação à biblioteconomia e a Ciência da Informação como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, José Guilherme. Arte pública e lugares de memória. **Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio**, Porto, v. 4, p. 215-234, 2005. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4944.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

ALMEIDA, Marco Antônio de. A gaiola de chips: apontamentos sobre tecnologia, sociabilidade e cultura na sociedade da informação. **Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 13-34, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/109>>. Acesso em: 05 abr 2014.

ALVES, R. M. F. Memórias irônicas de um espírito: a insólita viagem por passados e presentes. **Cadernos CESPUC de pesquisa**, Belo Horizonte, n.19, 2010, p.181-191. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscespuc/article/view/4521/4651>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

ANDRADE, Rosane M. N. Bibliotecas: Lugar de Memória e de Preservação - o caso da Biblioteca Nacional do Brasil. **Patrimônio e memória**, São Paulo, v. 4, n.2, p. 25-42, jun. 2009. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/41/499>>. Acesso em 03 abr. 2014.

ARÉVALO, Marcia C. M. Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. In: ENCONTRO MEMÓRIAL DO ICHS, Mariana, 1., 2004, Mariana. **Anais eletrônicos....** Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=62>. Acesso em 02 abr. 2014.

BAPTISTA, Sofia Galvão; BRANDT, Mariana Baptista. Do manuscrito ao digital: a longa sobrevivência das bibliotecas e dos profissionais envolvidos. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. esp., p. 21-40, 2006. Disponível em: <<http://143.106.108.14/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/364>>. Acesso em 02 abr. 2014.

BARATIN, Marc; JACOB, Chirstian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

BARRETO, Ângela Maria. Memória e sociedade contemporânea: apontando tendências. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.12, n.2, p. 161-176, jul./dez., 2007. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/506/651>>. Acesso em 02 abr. 2014.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BETTIOL, Maria Regina Barcelos. **A Fundação da Biblioteca Nacional**: uma memória compartilhada entre dois mundos. Rio Grande do Sul: Instituto Histórico e

Geográfico do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <http://ihgrgs.org.br/Contribuicoes/Fundacao_da_Biblioteca_Nacional.htm>. Acesso em: 10 jan. 2014.

BEZERRA, Eutrópio Pereira e OLIVEIRA, Danielle Alves de. Preservação da memória: técnicas e tecnologias alternativas para a salvaguarda de acervos documentais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <<http://enancib2013.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/192/439>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

BRASIL. Decreto n. 7.748, de 6 de Junho de 2012: Anexo I. Aprova o estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Fundação Biblioteca Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 8 jun. 2012. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7748.htm>. Acesso em: 03 Abr. 2014.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Manuscrito original do samba 'Pelo Telefone'**. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/site/2007/03/28/manuscrito-original-do-samba-pelo-telefone/>>. Acesso em: 03 Abr. 2014.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Pierre Nora, ou o historiador da memória [entrevista]. **História Social**, Campinas, n.6, 1999, p.13-33. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/363/314>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

CASADEI, Eliza Bachega. Os novos lugares de memória na internet: as práticas representacionais do passado em um ambiente on-line. **Biblioteca on-line de ciências da comunicação**, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/Casadei_memória_Internet.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2014.

CERBINO, Beatriz. Memória e dança: considerações e apontamentos. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTE CÊNICAS, 7., 2012, Niterói. **Anais eletrônicos...** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012. Disponível em: <http://www.portalabrace.org/viicongresso/completos/pesquisadanca/BEATRIZ_CERBINO__Mem__ria_e_dan__a_-_considera____es_e_apontamentos.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2014.

CERVO, L. M. O conceito de patrimônio na perspectiva discursiva: uma proposta de leitura. In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL - CELSUL, 10., 2012, Cascavel. **Anais eletrônicos...** Cascavel: Unioeste, 2012. Disponível em: <[http://www.celsul.org.br/Encontros/10/completos/xcelsul_artigo%20\(114\).pdf](http://www.celsul.org.br/Encontros/10/completos/xcelsul_artigo%20(114).pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2014.

COSTA, Alexandre Azevedo Magalhães. **Turismo e Memória**: um estudo dos museus e igrejas da cidade do Recife como lugares de memória e seu aproveitamento como atrativo turístico. 2012. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade Boa Viagem – DeVry Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.favip.edu.br/arquivos/Alexandre_Dissertacao.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2014.

CHAPOUTHIER, Georges. Registros evolutivos. **Viver Mente&Cérebro**, n.2, p. 8-13, 2005. Especial memória. Disponível em: <<http://www.vivermentecerebro.com.br>>. Acesso em: 02 abr 2014.

CUNHA, Márgda Rodrigues da. A Memória na era da reconexão e do esquecimento. **Em Questão**, v.17, n.2, p. 103-117, jul/dez, 2011. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_III/diogo_franco.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2014.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília : Briquet de Lemos, 2008.

DODEBEI, Vera. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social?. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, abr, 2011. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr11/Art_01.htm>. Acesso em: 04 abr. 2014.

_____. Digitalização do patrimônio e organização do conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA. **Anais eletrônicos...** Salvador: [s.n], 2007. Disponível em: < <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--071.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

DORNELES, Sânderson Lopes. Memória e preservação digital de documentos. **Revista de Trabalhos Acadêmicos**, Niterói, n.1, 2010. Disponível em: <<http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=1reta2&page=article&op=viewArticle&path%5B%5D=259>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

DOSSE, François. **Homo historicus**. Paris: Perrin, 2011.

ENDERS, Arnelle. Les Lieux de Mémoire, dez anos depois. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, 1993. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/resenha_Lieux_de_memoire_dez_ano_s.pdf>. Acesso em 02 abr.

FONSECA, Paulo Miguel; MARTINS, Vinícius Pontes. A era digital nas instituições de guarda brasileiras: a experiência da rede da memória virtual brasileira. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 90-95, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000004776&dd1=03584>>. Acesso em 02 abr. 2014.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros**: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2010. Disponível em:

<http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3131. 205p>. Acesso em 02 abr. 2014.

FRANÇA, V. R. V. Discurso de identidade, discurso de alteridade: a fala do outro. In: GUIMARÃES, C. et al. **Imagens do Brasil**: modos de ver, modos de conviver. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p.27-43.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de. Cultura Digital: odisseia da tecnologia e da ciência. **Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 77-91, 2011. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/22252> >. Acesso em : 02 abr. 2014

GARCIA, Daniel Xavier e BARBOSA, Josué Sales. Biblioteconomia e Sociedade da Informação. Maceio: In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Alagoas. **Anais eletrônicos...** Alagoas, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/hist/article/view/3260/1937>>. Acesso em : 02 abr. 2014

GODOY, Karla Estelita. Ciberespaço e memória. In: COSTA, Icléia Thiessen Magalhães e ORRICO, Evelyn Goyannes Dill (Orgs.). **Memória, cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Historiae**, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 3 p. 27 – 46. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/hist/article/view/3260/1937>>. Acesso em : 02 abr. 2014.

GOMES, Alexandre Oliveira e OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museológico. Rio de Janeiro: **Revista Museologia e Patrimônio**, v. 3, n. 2, jul/dez de 2010. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/136/134> >. Acesso em : 02 abr. 2014.

GOMES, Bárbara Letícia Rodrigues. **Preservação do patrimônio histórico cultural**: um repositório para o Museu Histórico e Artístico de Planaltina (DF). Brasília: Universidade de Brasília, 2009. 59f. ; 29 cm.

HACQUARD, Georges. **Dicionário de Mitologia Grega e Romana**. 1ª edição. Lisboa: Edições Asa, 1996. ISBN 972-41-1786-3.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A diversidade cultural na pós-modernidade**. 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Diversidade cultural e política de informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. v. 5, n. 1, 2009.

Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/148/155>>. Acesso em : 02 abr. 2014.

KESSEL, Zilda: **Memória e Memória coletiva**. 2003. Disponível em: <www.memoriaeducacao.hpg.ig.com.br>. Acesso em: 05 abr. 2014.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas, São Paulo, 2003.

LEVACOV, Marília. Bibliotecas virtuais: (r)evolução?. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 125-135, maio/ago. 1997. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/390/350>>. Acesso em: 05 abr. 2014.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?**. São Paulo: Editora 34, 1996.

LIMA, Ilza Carla Favaro de. Parque Saint' Hilaire de Porto Alegre: um "*Lugar de Memória*"? In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10., 2010, Santa Maria. **Anais eletrônicos...** Santa Maria, 2010. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279489624_ARQUIVO_LIMAILza.pdf>. Acesso em: 02 Abr. 2014.

LOPES, Luis Carlos. Artefatos de memória e representações nas mídias. **Revista Ciberlegenda**, v. 2, n. 7, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/330/211>>. Acesso em: 02 Abr. 2014.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A história, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, 1992, nº 34. Disponível em: <<http://200.144.255.123/Imagens/Revista/REV034/Media/REV34-01.pdf>>. Acesso em: 02 Abr. 2014.

MELO, Alice. De cada nova: Rede da Memória Virtual terá mais interatividade, artigos e imagens. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 73, p. 90, 2011. Disponível em: < <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/por-dentro-da-biblioteca/de-cara-nova>>. Acesso em: 04 Abr. 2014.

MOMBELLI, Neli Fabiane; TOMAIM, Cássio dos Santos. Memória e identidade: um estudo preliminar sobre os usos e apropriações do passado nos documentários da TV OVO. **Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 45-61, 2012. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/26843> >. Acesso em: 04 Abr. 2014.

MONTEIRO, Silvana Drumond; CARELLI, Ana Esmeralda; PICKLER, Maria Elisa Valentim. A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 6, dez. 2008. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez08/Art_02.htm>. Acesso em: 02 Abr. 2014.

MONTEIRO, Silvana Drumond. A Organização Virtual do Conhecimento no Ciberespaço. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v.4, n.6, dez. 2003. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez03/Art_05.htm>. Acesso em: 02 Abr. 2014.

MORIGI, V. J. ; SOUTO, Luzane Ruscher. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 189-206, 2005. Disponível em: <<http://revista.acb.org.br/racb/article/view/432/551>>. Acesso em: 02 Abr. 2014.

NOGUEIRA, R. S. Elos da memória: passado e presente, memória e sociedade. **Vivência: Revista de Antropologia**, Natal, v. 1, n, 39, p. 81-89, 2012. Disponível em: <<http://ufrn.emnuvens.com.br/vivencia/article/view/1936>>. Acesso em: 02 Abr. 2014.

NORA, Pierra. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 02 Abr. 2014.

OLIVEIRA, Renata de Lopes. Lugares de memória e a identidade étnica Tremembé no contexto do magistério Indígena Tremembé de ensino Superior. In: ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA, MEMÓRIA, ORALIDADE E CULTURAS DO MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, 1., 2012, Fortaleza. **Anais eletrônicos...**Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2012. Disponível em: <http://www.uece.br/eventos/encontrointernacionalmahis/anais/trabalhos_completos/52-13176-03102012-221534.pdf>. Acesso em: 02 Abr. 2014.

PEREIRA, Maria Juvanete Ferreira da Cunha. O Arquivo Público enquanto Lugar de Memória. **Em Tempo de Histórias**, Brasília, n. 10, 2006. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/emtempos/article/view/2625>>. Acesso em: 02 Abr. 2014.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, São Paulo, v.10, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1941>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

PORTELLA, Célia Maria. Releitura da Biblioteca Nacional. **Estud. av. [online]**, Rio de Janeiro, vol.24, n.69, pp. 247-264 2010 ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000200016>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

REBELO, I. B.; PINHO, M. S. Interação em ambientes virtuais imersivos. In: KIRNER, C.; TORI, R. **Realidade virtual**: conceito e tendências. São Paulo: Mania de Livro, 2004.

REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rede da Memória Virtual terá mais interatividade, artigos e imagens: as mudanças no site entram no ar este mês. Rio de Janeiro: **Revista de Historia da Biblioteca Nacional**, 2011. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/por-dentro-da-biblioteca/de-cara-nova>>. Acesso em: 03 Abr. 2014.

REVISTA DE HISTORIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Informações de confiança: A Rede de Memória Virtual Brasileira une conteúdo, rigor e clareza na Internet. Rio de Janeiro: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, 2007. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/por-dentro-da-biblioteca/informacoes-de-confianca>>. Acesso em: 03 Abr. 2014.

RIOS, Diogo Franco. Lugares de memória e o ciberespaço. In: Encontro Estadual de História: Poder, cultura e diversidade, 3., 2007, Caetité, BA. **Anais eletrônico...** Caetité, BA: UNEB, 2007. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_III/diogo_franco.pdf>. Acesso em: 03 Abr. 2014.

ROSA, Daniele Achilles Dutra da. **A memória social na lógica da rede: o problema das bibliotecas**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss229.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

SALADINO, A. Um Lugar de Memória da aviação brasileira: a Biblioteca Irmãos Bernsmüller. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 28., 2004, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu, 2004. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4010&Itemid=319>. Acesso em: 10 jan. 2014.

SANTOS, M. S. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: AnnaBlume, 2003.

SANTOS, Renata Maria dos. **A Fundação Biblioteca Nacional e a Rede da Memória Virtual Brasileira: novas possibilidades para a leitura e a pesquisa na Internet**. Brasília: Fundação Biblioteca Nacional; MinC; Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, 2009. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Renata_Maria_dos_Santos.pdf> Acesso em: 07 abr. 2014.

SANTOS, Tarciane Cajueiro. O ciberespaço: dimensão antropológica das sociedades de controle. **Revista CiberSociedad**, Madrid, n.6, 2005. Disponível em: <<http://vufind.uniovi.es/Record/ir-ART0000056448/Details>> Acesso em: 07 abr. 2014.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Dosse, François Pierre Nora - homo historicus. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 31, n. 61, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882011000100020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 Abr. 2014.

SILVA, Ana Mafalda Castro Falcão Figueiredo. **Sociedade da informação**. Coimbra. 2007. 20 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal, 2007. Disponível em: <<http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2007011.pdf>>. Acesso em 02 Abr. 2014.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 67-

86, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/05.pdf>>. Acesso em 02 Abr. 2014.

SOUZA, Beatriz Cristina pereira de. A toponíma como uma forma de resgatar a memória do lugar. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 5., 2013, Petrópolis, RJ. **Anais eletrônicos...** Petrópolis: Sociedade Brasileira de Cartografia e Geodésia, 2013. Disponível em: <<http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos-apresentados.html>>. Acesso em 02 Abr. 2014.

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NO BRASIL: livro verde. Eduardo Takahashi (Org.). Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <www.itsbrasil.org.br/pages/23/livro_verde.pdf>. Acesso em 02 Abr. 2014.

APÊNDICE A – ENTREVISTA SOBRE A RMVB



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Ciência da Informação – FCI

Prezado (a) meu nome é Sara Alencar Magalhães e sou estudante de Biblioteconomia da Universidade de Brasília. Venho, por meio desta entrevista, coletar informações que considero importantes para meu trabalho de conclusão de curso cujo tema é a função da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro como *Lugar de Memória* a partir do estudo da Rede da Memória Virtual Brasileira. Portanto, para êxito em minha pesquisa, necessito de sua colaboração para responder as seguintes perguntas. Asseguro que os dados pessoais não serão publicados, desde já agradeço a atenção.

DADOS PESSOAIS

1. Nome:
2. Formação escolar/acadêmica:
3. Cargo/Função que exerce dentro da Fundação Biblioteca Nacional:
4. Relação profissional com a Rede da Memória Virtual Brasileira:

SOBRE A REDE

5. O que é a Rede da Memória Virtual Brasileira? Há pessoas que dizem que ela é um repositório, e há outras que dizem que é uma biblioteca digital. Como vocês diferenciam? Qual a abordagem mais adequada?
6. O “virtual” presente no nome da rede se refere a um simples atributo, por estar presente em ambiente digital ou há algum significado especial? O que levou a equipe a escolher este nome: Rede da Memória Virtual Brasileira?
7. Os autores do artigo “A era digital nas instituições de guarda brasileiras – a experiência da rede da memória virtual brasileira”, Vinícius Pontes Martins e

Paulo Miguel Fonseca, afirmam que o objetivo final da Rede da Memória Virtual Brasileira seria servir como base para a criação do Repositório da Memória Digital. Constatado isso, qual é a missão e quais são os objetivos da rede no momento atual?

8. Quem é o público-alvo da rede?
9. Quem mantém a rede?
10. Como é a estrutura organizacional da rede?
11. Quais as vantagens e quais as desvantagens de um serviço como esse?

SOBRE A CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO

12. Como surgiu a ideia do projeto Rede da Memória virtual Brasileira?
13. Essa iniciativa da RMVB foi bem aceita pela Fundação Biblioteca Nacional desde o início? Houve resistências internas ou externas?
14. Houve dificuldades para implantar a rede?
15. Qual a formação profissional da equipe que trabalhou/trabalha para o funcionamento da rede?
16. Qual é o nível tecnológico da rede, ou seja, quais tecnologias e padrões são utilizados para o funcionamento da rede?
17. Como foram escolhidas as instituições parceiras desse projeto?
18. O que é preciso para ser um parceiro? Há um contrato para participar?
19. É cobrada alguma quantia para participar da rede ou para utiliza-la?
20. De quanto foi o investimento inicial e de quanto é esse investimento agora?

SOBRE O FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO

21. Quais os produtos e serviços oferecidos pela rede?
22. Todos os documentos selecionados para fazerem parte da rede são analógicos que depois são digitalizados, ou, já há documentos digitalizados que não passam por nenhum procedimento?
23. Como é a questão dos direitos autorais?
24. Como as informações são digitalizadas/disponibilizadas, em geral?
25. Há uma avaliação de relevância e/ou uso na rede? Vocês avaliam que a RMVB é utilizada? Quais os parâmetros?
26. Quais são os números gerais, de downloads e outras estatísticas relacionados à rede?
27. Quem faz e como é feita a manutenção da rede?
28. Há critérios de seleção para os documentos que entram na rede?
29. Alguma informação foi retirada ou proibida de participar da rede?
30. Há publicidade e/ou divulgação desse tipo de serviço?
31. Quais os grandes problemas atualmente?

SOBRE O DESENVOLVIMENTO E O FUTURO

32. Como você avalia a experiência da Rede da Memória Virtual Brasileira?
33. O que mudou com esse projeto? Ele serviu para algum desenvolvimento?
34. Em sua opinião, outras bibliotecas deveriam fazer parte ou oferecer serviços semelhantes?

35. A rede recebeu algum prêmio ou reconhecimento pelo trabalho oferecido?

36. Alguma consideração final?

Agradeço sua participação.

ANEXO A - DECRETO Nº 7.748, DE 6 DE JUNHO DE 2012**Presidência da República**
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**DECRETO Nº 7.748, DE 6 DE JUNHO DE 2012**

Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Biblioteca Nacional.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Biblioteca Nacional - FBN, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Ficam remanejados, na forma do Anexo III, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a Fundação Biblioteca Nacional, os seguintes cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS:

I - um DAS 101.5;

II - dois DAS 101.4; e

III - quatro DAS 101.3.

Art. 3º Os apostilamentos decorrentes da aprovação do Estatuto de que trata o art. 1º deverão ocorrer no prazo de vinte dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. Após os apostilamentos previstos no **caput**, o Presidente da Fundação Biblioteca Nacional fará publicar no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão a que se refere o Anexo II, indicando, inclusive, o número de cargos vagos, sua denominação e respectivo nível.

Art. 4º O Ministro de Estado da Cultura poderá editar regimento interno para detalhar as unidades administrativas integrantes do Estatuto da Fundação Biblioteca Nacional, suas competências e as atribuições dos dirigentes.

Art. 5º O Ministério da Cultura deverá adotar as providências necessárias à efetiva transferência à Fundação Biblioteca Nacional dos acervos técnico e patrimonial da Diretoria do Livro, Leitura e Literatura, constituído pelos bens móveis e imóveis.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor no dia 8 de junho de 2012.

Art. 7º Fica revogado o Decreto nº 5.038, de 7 de abril de 2004.

Brasília, 6 de junho de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF

Miriam Belchior

Anna Maria Buarque de Hollanda

Este texto não substitui o publicado no DOU de 8.6.2012

ANEXO I

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, SEDE E FINALIDADE

Art. 1º A Fundação Biblioteca Nacional - FBN, fundação pública vinculada ao Ministério da Cultura, instituída por meio de autorização contida na Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º A Fundação Biblioteca Nacional, órgão responsável pela execução da política governamental de recolhimento, guarda e preservação da produção intelectual do País, tem por finalidades:

I - adquirir, preservar e difundir os registros da memória bibliográfica e documental nacional;

II - promover a difusão do livro, incentivando a criação literária nacional, no País e no exterior, em colaboração com as instituições com esta finalidade;

III - atuar como centro referencial de informações bibliográficas;

IV - registrar obras intelectuais e averbar a cessão dos direitos patrimoniais do autor;

V - assegurar o cumprimento da legislação relativa ao Depósito Legal;

VI - coordenar, orientar e apoiar o Programa Nacional de Incentivo à Leitura de que trata o Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992;

VII - coordenar o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas de que trata o Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992;

VIII - elaborar e divulgar a bibliografia nacional;

IX - subsidiar a formulação de políticas e diretrizes voltadas para a produção e o amplo acesso ao livro; e

X - implementar o Plano Nacional de Livro e Leitura, em articulação com o Ministério da Cultura, promovendo a efetivação da democratização do acesso ao livro, a formação leitora, a valorização da leitura e da literatura brasileira e o fomento das cadeias criativa e produtiva do livro.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A FBN tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgão de direção superior: Diretoria Colegiada;

II - órgão de assistência direta e imediata ao Presidente: Gabinete;

III - órgãos seccionais:

a) Procuradoria Federal;

b) Auditoria Interna; e

c) Coordenação-Geral de Planejamento e Administração;

IV - órgãos específicos singulares:

a) Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas;

b) Centro Internacional do Livro;

c) Centro de Processos Técnicos;

d) Centro de Referência e Difusão;

e) Centro de Pesquisa e Editoração;

f) Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles; e

g) Biblioteca Euclides da Cunha;

CAPÍTULO III

DA DIREÇÃO E NOMEAÇÃO

Art. 4º A FBN será dirigida por uma Diretoria Colegiada.

§ 1º O Presidente da FBN será nomeado por indicação do Ministro de Estado da Cultura.

§ 2º O Procurador-Chefe será indicado pelo Advogado-Geral da União, na forma do disposto no § 3º do art. 12 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e nomeado na forma da legislação vigente.

§ 3º A nomeação e a exoneração do Auditor Chefe deverão ser submetidas, pelo Presidente da FBN, à aprovação da Controladoria-Geral da União.

§ 4º Os demais cargos em comissão e funções de confiança serão providos na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO IV

DA DIRETORIA COLEGIADA

Art. 5º A Diretoria Colegiada é composta por:

I – Presidente;

II - Diretor-Executivo;

III - Diretor do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas; e

IV - coordenadores-gerais.

§ 1º As reuniões da Diretoria Colegiada serão ordinárias e extraordinárias.

§ 2º O quórum mínimo de deliberação é do Presidente e dois dos demais membros da Diretoria Colegiada.

§ 3º As reuniões ordinárias serão convocadas pelo Presidente e as extraordinárias pelo Presidente ou pela maioria dos membros da Diretoria Colegiada, a qualquer tempo.

§ 4º A Diretoria Colegiada deliberará por maioria de votos, e caberá ao Presidente, ainda, o voto de qualidade.

§ 5º O Procurador-Chefe e o Auditor Chefe poderão participar, sem direito a voto, das reuniões da Diretoria Colegiada, quando convocados pelo Presidente.

CAPÍTULO V

DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

Seção I

Do Órgão Colegiado

Art. 6º À Diretoria Colegiada compete:

I - formular a política institucional, diretrizes e estratégias da FBN;

II - apreciar os assuntos que submetidos pelo Presidente ou pelos Diretores;

III - deliberar sobre remuneração relativa a serviços, aluguéis, ingressos, produtos e operações;

IV - aprovar o balanço anual e a prestação de contas, acompanhada do relatório de atividades da FBN;

V - aprovar a contratação de empréstimos e de outras operações de que resultem obrigações para a FBN;

VI - aprovar o plano estratégico, a proposta orçamentária, o plano anual e plurianual e suas reformulações;

VII - aprovar atos que importem em alienação ou oneração de bens patrimoniais da FBN, inclusive imóveis;

VIII - aprovar o programa editorial da FBN;

IX - aprovar as diretrizes de comunicação da FBN; e

X - aprovar o programa de formação, treinamento e capacitação técnica dos profissionais da FBN.

Seção II

Do Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Presidente

Art. 7º Ao Gabinete compete:

I - assistir ao Presidente em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho de seu expediente pessoal;

II - acompanhar o andamento dos projetos de interesse da FBN, em tramitação no Congresso Nacional e providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Ministro de Estado da Cultura, relativos ao Congresso Nacional; e

III - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de comunicação social da FBN.

Seção III *Dos Órgãos Seccionais*

Art. 8º À Procuradoria Federal junto à FBN, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, compete:

I - representar judicial e extrajudicialmente a FBN, observadas as normas estabelecidas pela Procuradoria-Geral Federal;

II - orientar a execução da representação judicial da FBN, quando sob responsabilidade dos demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;

III - exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;

IV - auxiliar os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal na apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades da FBN, para inscrição em dívida ativa e respectiva cobrança amigável ou judicial;

V - zelar pela observância da Constituição, das leis e dos demais atos emanados pelos Poderes Públicos, sob a orientação normativa da Procuradoria-Geral Federal e da Advocacia-Geral da União;

VI - fixar a interpretação jurídica no âmbito da FBN, auxiliando na elaboração e edição de seus atos normativos e interpretativos, em articulação com os órgãos competentes da Fundação; e

VII - encaminhar à Procuradoria-Geral Federal ou à Advocacia-Geral da União, conforme o caso, pedido de apuração de falta funcional praticada no exercício de suas atribuições, por seus respectivos membros.

Art. 9º À Auditoria Interna compete:

I - verificar a conformidade com as normas vigentes dos atos de gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos e operacionais da Fundação;

II - acompanhar a execução física e financeira e os resultados obtidos na aplicação dos recursos;

III - prestar informações e acompanhar as solicitações dos órgãos de controle interno e externo;

IV - examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da entidade e tomadas de contas especiais; e

V - propor ao Presidente o planejamento anual de ações da unidade e promover sua implementação.

Art.10. À Coordenação-Geral de Planejamento e Administração compete:

I - coordenar e controlar a implementação de ações relacionadas aos sistemas federais de administração de recursos humanos, de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de serviços gerais e de organização e inovação institucional; e

II - coordenar o planejamento estratégico e o desdobramento da missão em diretrizes, objetivos, metas e planos, em conformidade com o plano plurianual.

Seção IV *Dos Órgãos Específicos Singulares*

Art. 11. À Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas compete:

I - planejar, coordenar, monitorar e avaliar a implementação do Plano Nacional de Livro e Leitura - PNLL, em articulação com o Ministério da Cultura;

II - formular, articular e implementar ações que promovam a democratização do acesso ao livro e à leitura;

III - subsidiar tecnicamente a formulação e implementação de planos estaduais e municipais de livro e leitura, em articulação com os órgãos responsáveis pela coordenação da implementação e do monitoramento do Plano Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura;

IV - subsidiar a formulação de políticas, programas, projetos e ações que promovam o acesso, difusão, produção e fruição do livro e da leitura, por meio do fortalecimento da cadeia criativa e produtiva do livro e da cadeia mediadora da leitura;

V - implementar, em conjunto com os demais órgãos competentes, as ações de fortalecimento da cadeia produtiva do livro brasileiro;

VI - subsidiar a formulação de políticas, programas, projetos e ações de criação e fortalecimento de bibliotecas e espaços de leitura;

VII - planejar, coordenar, integrar, monitorar e avaliar as ações de livro e leitura nos programas da FBN, em articulação com o Ministério da Cultura;

VIII - organizar e divulgar diretrizes nacionais e internacionais existentes e criar diretrizes específicas para atender as bibliotecas públicas no País; e

IX - incentivar projetos de concessão de bolsas e prêmios a escritores brasileiros.

Art. 12. Ao Centro Internacional do Livro compete:

I - implementar ações para a divulgação da literatura brasileira, no País e no exterior;

II - incentivar a tradução do livro brasileiro no exterior, por meio de bolsas a editores estrangeiros;

III - desenvolver pesquisas sobre obras em domínio público de autores brasileiros;

IV - organizar a participação institucional do Ministério da Cultura em feiras de livro no Brasil e no exterior; e

V - ampliar a divulgação da literatura brasileira no cenário internacional.

Art. 13. Ao Centro de Processos Técnicos compete:

I - implementar projetos e ações de preservação, conservação e restauração do acervo bibliográfico;

II - assegurar o cumprimento da legislação referente ao Depósito Legal;

III - ampliar o acervo bibliográfico e documental, por meio da captação legal, doação, permuta internacional e aquisição;

IV - manter o Serviço Nacional de Intercâmbio Bibliográfico;

V - elaborar e divulgar a bibliografia brasileira corrente;

VI - coordenar o Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos; e

VII - registrar obras intelectuais e averbar a cessão dos direitos patrimoniais do autor.

Art. 14. Ao Centro de Referência e Difusão compete:

I - promover o acesso e a difusão do acervo geral e especializado;

II - implementar as ações para identificação, organização, inventário, cadastramento, guarda e manutenção do acervo de referência geral e de referência especializada;

III - prestar orientação e assessoria no uso de fontes de referência e informação, bem como na elaboração de bibliografias especializadas com base no acervo geral e especializado da FBN;

IV - desenvolver ações para o estabelecimento de condições adequadas de armazenamento, guarda, manutenção e atualização das coleções de memória;

V - coordenar, em âmbito nacional, o Plano Nacional de Recuperação de Acervos Raros - PLANOR;

VI - promover pesquisas e estudos com vistas à identificação de documentos raros e preciosos, de relevância para a cultura brasileira, existentes no território nacional e no exterior; e

VII - processar tecnicamente o acervo bibliográfico e documental retrospectivo e especializado.

Art. 15. Ao Centro de Pesquisa e Editoração compete:

I - desenvolver e promover estudos e pesquisas multidisciplinares com base no acervo bibliográfico e documental da FBN e em outros acervos da memória da cultura brasileira;

II - promover, por meio de convênios, acordos e contratos com instituições públicas e privadas, e de editais públicos, inclusive com concessão de bolsas, estudos, pesquisas e projetos, de caráter multidisciplinar e transdisciplinar, que contribuam para maior conhecimento da cultura brasileira e potencializem o acesso ao acervo da Fundação;

III - apoiar e desenvolver pesquisas, em articulação com outros setores da Fundação, para a realização de exposições, seminários e outros eventos culturais da instituição;

IV - complementar a organização e disponibilização das coleções de acervo bibliográfico e documental, especialmente através de edições digitais, para promover maior acessibilidade a pesquisadores externos, do País e do exterior; e

V - propor, coordenar e implementar a política e o programa editoriais da Fundação para, por meio de edições próprias e de coedições, publicar, distribuir e comercializar livros e periódicos, em suporte impresso ou digital, com o objetivo de promover a produção, disseminação e acesso à cultura brasileira relacionada ao acervo bibliográfico e documental da Fundação.

Art. 16. À Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles e à Biblioteca Euclides da Cunha compete:

I - estabelecer referências para o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas;

II - funcionar como unidade de atendimento ao público e empréstimo domiciliar;

III - prestar serviços bibliográficos e promover ações culturais à comunidade que visem à formação do hábito da leitura e ao crescimento intelectual; e

IV - organizar, manter e controlar o acervo bibliográfico e documental para a disseminação das informações.

CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 17. Ao Presidente compete:

I - representar a FBN em juízo ou fora dele;

II - planejar, coordenar e controlar as ações da FBN;

III - ratificar os atos de dispensa ou de declaração de inexigibilidade das licitações, nos casos previstos em lei;

IV - ordenar despesas;

V - editar atos normativos; e

VI - editar atos **ad referendum** da Diretoria nos casos de comprovada urgência.

Art. 18. Ao Diretor-Executivo compete:

I - auxiliar o Presidente na implementação das atividades de competência da Fundação;

II - supervisionar a elaboração da proposta orçamentária e o plano de ação da Fundação;

III - planejar, dirigir, coordenar e orientar a implementação de ações de informática da Fundação; e

IV - exercer outras atribuições delegadas pelo Presidente da Fundação.

Art. 19. Aos Diretores, ao Procurador-Chefe, ao Auditor Chefe, aos coordenadores-gerais e aos demais dirigentes compete planejar, dirigir, coordenar e orientar a implementação das ações afetas às suas respectivas unidades, e exercer outras atribuições designadas pelo Presidente.

CAPÍTULO VII DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 20. Constituem patrimônio da Fundação Biblioteca Nacional:

I - o seu acervo; e

II - os bens e direitos existentes atualmente, os que adquirir e os que lhe forem doados.

Art. 21. Constituem recursos financeiros da Fundação Biblioteca Nacional:

I - dotações orçamentárias consignadas no Orçamento da União;

II - auxílios e subvenções que receber da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios e quaisquer entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

III - rendas de qualquer natureza, derivadas dos seus próprios serviços; e

IV - outras receitas eventuais.

Parágrafo único. O patrimônio e os recursos da Fundação Biblioteca Nacional serão utilizados, exclusivamente, na execução de suas finalidades.

ANEXO II

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DA BIBLIOTECA NACIONAL.

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/ Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	DAS/ FG
	1	Presidente	101.6
	1	Diretor-Executivo	101.5
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	101.4
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
	11		FG-1
	14		FG-2
	11		FG-3
PROCURADORIA FEDERAL	1	Procurador-Chefe	101.4
AUDITORIA INTERNA	1	Auditor Chefe	101.4
COORDENAÇÃO- GERAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO			
	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente	102.2
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	4	Chefe	101.2
Serviço	2	Chefe	101.1

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/ Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	DAS/ FG
DIRETORIA DE LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral da Economia do Livro	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Leitura	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	3	Coordenador	101.3
	2	Assistente	102.2
CENTRO INTERNACIONAL DO LIVRO	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
CENTRO DE PROCESSOS TÉCNICOS	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	4	Coordenador	101.3
Divisão	3	Chefe	101.2
CENTRO DE REFERÊNCIA E DIFUSÃO	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	3	Coordenador	101.3
CENTRO DE PESQUISA E EDITORAÇÃO	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
BIBLIOTECA DEMONSTRATIVA MARIA DA CONCEIÇÃO MOREIRA SALLES	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente Técnico	102.1

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/ Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	DAS/ FG
	2		FG-1
	2		FG-2
	4		FG-3
BIBLIOTECA EUCLIDES DA CUNHA	1	Coordenador	101.3
	2		FG-3

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL.

CÓDIGO	DAS- UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTDE.	VALOR TOTAL	QTDE.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	5,28	1	5,28	1	5,28
DAS 101.5	4,25	1	4,25	2	8,50
DAS 101.4	3,23	9	29,07	11	35,53
DAS 101.3	1,91	18	34,38	22	42,02
DAS 101.2	1,27	8	10,16	8	10,16
DAS 101.1	1,00	2	2,00	2	2,00
DAS 102.2	1,27	4	5,08	4	5,08
DAS 102.1	1,00	7	7,00	7	7,00
SUBTOTAL(1)		50	97,22	57	115,57
FG-1	0,20	13	2,60	13	2,60
FG-2	0,15	16	2,40	16	2,40
FG-3	0,12	17	2,04	17	2,04

SUBTOTAL (2)	46	7,04	46	7,04
TOTAL(1+2)	96	104,26	103	122,61

ANEXO III

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO

CÓDIGO	DAS - UNITÁRIO	DA SEGEP/MP P/ A FBN	
		QTDE	VALOR TOTAL
DAS 101.5	4,25	1	4,25
DAS 101.4	3,23	2	6,46
DAS 101.3	1,91	4	7,64
TOTAL		7	18,35